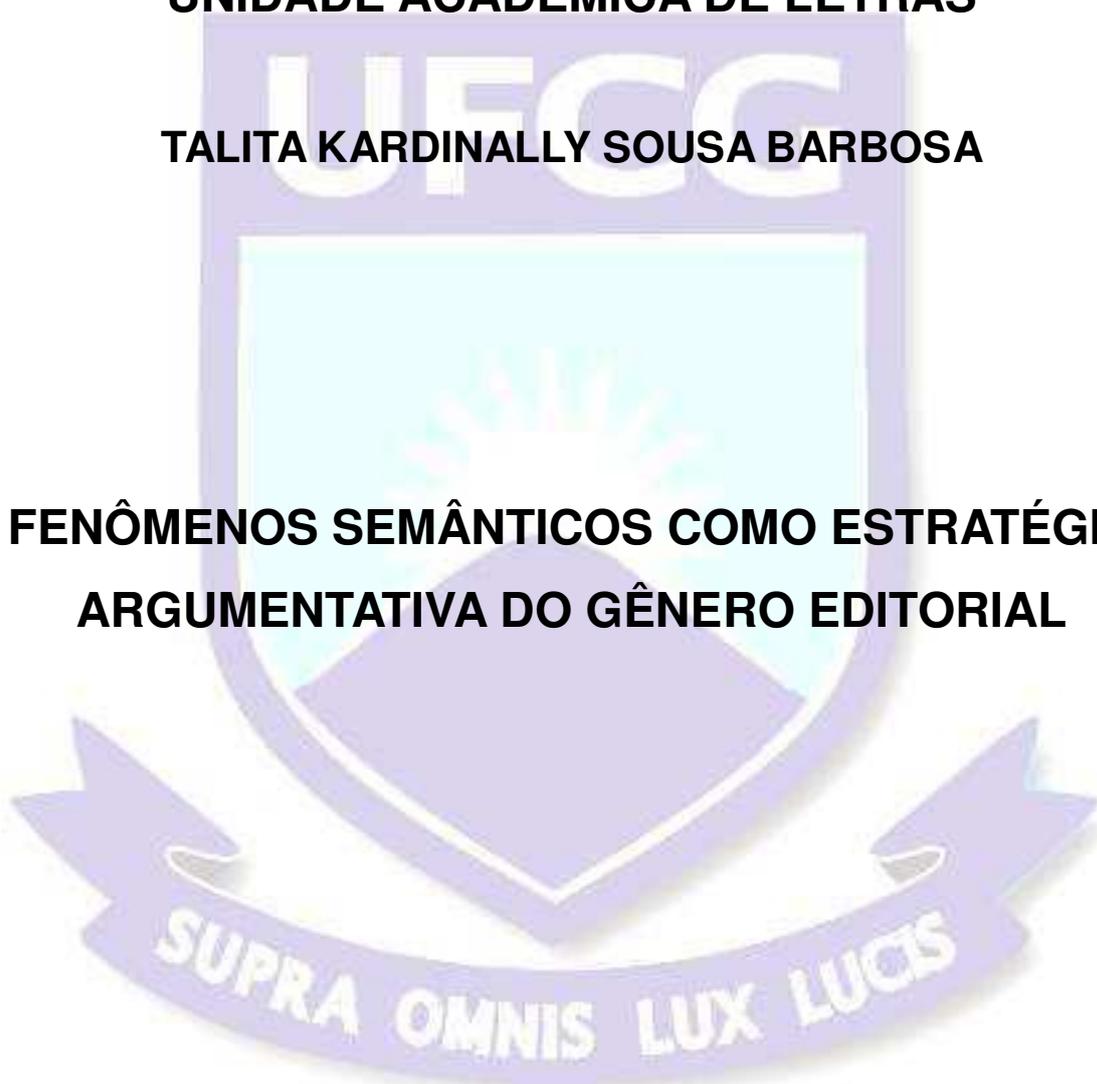


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE**

**CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS**

TALITA KARDINALLY SOUSA BARBOSA

**FENÔMENOS SEMÂNTICOS COMO ESTRATÉGIA
ARGUMENTATIVA DO GÊNERO EDITORIAL**



Campina Grande

2013

TALITA KARDINALLY SOUSA BARBOSA

**FENÔMENOS SEMÂNTICOS COMO ESTRATÉGIA
ARGUMENTATIVA DO GÊNERO EDITORIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Letras da
Universidade Federal de Campina Grande
como um dos pré-requisitos para obtenção do
grau de Licenciado em Letras: Língua
Portuguesa e Literatura Brasileira.

ORIENTADORA:

Profa. Ms. Sandra Sueli Carvalho Bezerra

Campina Grande

2013

TALITA KARDINALLY SOUSA BARBOSA

**FENÔMENOS SEMÂNTICOS COMO ESTRATÉGIA
ARGUMENTATIVA DO GÊNERO EDITORIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Letras da
Universidade Federal de Campina Grande
como um dos pré-requisitos para obtenção do
grau de Licenciado em Letras: Língua
Portuguesa e Literatura Brasileira.

Aprovada em ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profa. Ms. Sandra Sueli Carvalho Bezerra
Orientadora - UFCG

Profa. Dra. Luciene Maria Patriota
Examinadora - UFCG

A Deus, por me guardar a vida e me fortalecer sempre. Aos meus pais que me ensinaram a arte da vida e me impulsionaram para o conhecimento, apostando em meus estudos. Ao meu esposo pela compreensão e apoio durante a minha jornada no Curso de Letras e na vida. A minha filha que, com seu sorriso, alegra o meu dia e renova o meu viver.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, o meu refúgio e fortaleza, sem o qual não conseguiria alcançar nenhum objetivo de minha vida, principalmente, a conclusão desta monografia.

Aos meus pais que me deram a vida e me educaram com muito amor e carinho, me deram oportunidades para que eu pudesse construir o conhecimento que tenho.

A minha filha, o meu ânimo de vida, agradeço por cada dia junto a mim, por cada sorriso a mim concedido, por cada gesto de carinho, atos que me revigoraram todos os dias e, sem dúvida, me animaram, impulsionando-me para o término desta monografia.

Ao meu esposo, o meu amor, que compreendeu sempre as minhas ausências em momentos de estudo durante toda a graduação, agradeço pela força, pela ajuda e conselhos que nunca me deixaram desistir.

A minha irmã, pela ajuda com Sophia e por torcer e contribuir para minha vitória.

Aos meus queridíssimos professores da graduação: Sandra, Angélica, Luciene, Aloísio, Helder e José Mário, que me acrescentaram em muito desde o início do curso até agora, pelas lições de vida e pelo conhecimento transmitido. Realmente não há como pensar em LETRAS e não lembrar desses célebres mestres do conhecimento.

À Sandra, pela paciência, orientação e boa vontade para comigo na realização desta monografia. Sem seu apoio ficaria muito difícil a minha caminhada.

À Luciene Patriota, pela arguição deste trabalho e por ter sido minha professora no início da graduação, o que me fez acreditar cada vez mais nesse curso, pela sua competência.

E não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de curso e amigos da vida toda: Cathia, Theodora, Martha, Flávia, Marianna, Laís, Cecy, Arinélío, Aída, Divalcy, Lívia, Wandson, Simone. Sem eles, 2007.2 não teria sido um ano e uma turma tão especiais e inesquecíveis para mim.

A Marciano e a Valdemar pela dedicação a nós estudantes de Letras, pela ajuda e carinho.

Enfim, a todos que torceram e que, de alguma forma contribuíram para minha formação profissional e para o meu sucesso na vida, o meu singelo MUITO OBRIGADA!

O conhecimento torna a alma jovem e diminui a amargura da velhice. Colhe, pois, a sabedoria. Armazena suavidade para o amanhã.

Leonardo da Vinci

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo os fenômenos semânticos utilizados como estratégia argumentativa no gênero editorial. Para esse estudo, parte-se dos seguintes questionamentos: Qual o fenômeno semântico usado como estratégia de produção do editorial? Qual a funcionalidade desse fenômeno na produção do gênero em questão? Qual a importância argumentativa desse fenômeno na produção de sentido veiculada pelo editorial? Para isso, o objetivo é analisar os fenômenos semânticos como estratégia lógico-argumentativa para a produção do gênero editorial. O corpus de pesquisa é composto por quatro (04) editoriais: dois (02) editoriais do Jornal Folha de S. Paulo (FSP) e dois do Jornal da Paraíba (JP), que veicularam no mês de janeiro do corrente ano. Na análise desse corpus, observou-se a recorrência e a funcionalidade dos fenômenos semânticos analisados dentro do texto, a fim de descobrir sua importância tanto na construção formal quanto argumentativa para a produção dos efeitos de sentido que se quer veicular pelo editorial. A pesquisa ancora-se nas abordagens da Semântica Formal, da Enunciativa e da Lexical, as quais possibilitaram uma análise satisfatória do *corpus*. Essa ancoragem se faz com base, principalmente, nos estudos de Lyons (1979); Oliveira (2001); Cançado (2008); Muller e Viotti (2005); Pietroforte e Lopes (2005); Ducrot (1977; 1987); Marcuschi (2000 e 2008); Antunes (2005); Faria (1989). A metodologia de pesquisa utilizada classifica-se como qualitativa de caráter exploratório-descritivo. Com a pesquisa, a partir dos resultados obtidos nos quatro editoriais analisados, foi possível afirmar o seguinte: a sinonímia se constitui como estratégia argumentativa do gênero editorial, um recurso próprio, característico de sua produção, que tem sua ordem no argumentar; e a hiperonímia e hiponímia um importante recurso de progressão textual. Com esse resultado, conclui-se que esses fenômenos podem ser instrumento de ensino nas aulas de produção textual e análise linguística do gênero editorial, cabendo ao professor utilizá-lo da maneira mais eficaz, mostrando aos alunos como os fenômenos semânticos funcionam no texto.

Palavras-chave: Sinonímia. Hiperonímia. Hiponímia. Editorial.

ABSTRACT

This research aims to study the semantic phenomenon used as argumentative strategy in editorial genre. To study this, it is questioned: Which semantic phenomenon is used as a strategy for the production of the editorial? What is the functionality of this phenomenon in the production of this genre? What is the argumentative importance of this phenomenon in meaning production conveyed by the editorial? For this, the goal is to analyze the semantic phenomena as logical and argumentative strategies for the editorial genre production. The corpus is constituted by four (04) editorials, two (02) Jornal da Folha de S. Paulo Newspaper (FSP) editorials and two (02) Jornal da Paraíba newspaper editorials, all aired in January of the current year. In the corpus analysis, it is observed the recurrence and functionality of the phenomena inside the text, in order to find out their importance both in the formal and argumentative construction for the production of meaning effects that are conveyed by the editorial. This research is based on Formal, Enunciative and Lexical Semantics studies, which allowed a satisfactory analysis. This research is based, mainly, on the studies of Lyons (1979); Oliveira (2001); Cançado (2008); Muller & Viotti (2005); Pietroforte & Lopes (2005); Ducrot (1977; 1987); Marcuschi (2000 e 2008); Antunes (2005); Faria (1989). It is a descriptive, exploratory and qualitative study. The results show that synonymy constitutes as argumentative strategy of the editorial genre, a feature very characteristic of its production, that has its order at arguing; and hypernym and hyponymy as important resources for textual progression. By this result, it is concluded that these phenomena can be a teaching tool in classes of textual production and linguistic analysis of the editorial genre, whereas the teacher use it most effectively, showing students how the semantic phenomena operate in the text.

Keywords: Synonymy. Hypernym. Hyponymy. Editorial.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 A Semântica sob as perspectivas formal e enunciativa.....	14
2.2 A semântica lexical.....	22
2.3 As relações semânticas entre palavras.....	26
2.3.1 A hiponímia e hiperonímia.....	26
2.3.2 A sinonímia.....	28
2.4. O gênero textual em questão: O editorial.....	30
3. O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	35
4. A ANÁLISE DOS DADOS	37
4.1 A categoria sinonímia no gênero editorial.....	37
4.2 As categorias hiperonímia e hiponímia no gênero editorial.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS	59
ANEXO A – CAOS MUNICIPAL	60
ANEXO B – ATÉ QUANDO?	62
ANEXO C – FRAQUEZA COMERCIAL	63
ANEXO D – BOA NOTÍCIA	65

1. INTRODUÇÃO

Quando se trata do ensino de Língua Materna (LM), os estudos semânticos sempre ficam em segundo plano. Infelizmente, a Semântica é um campo pouco explorado tanto na Academia, tendo em vista o espaço reservado a esse tipo de estudo que é de apenas uma disciplina ao longo do curso de Letras, quanto nas escolas, durante as aulas de LM.

Em relação ao ensino de LM, a pouca abordagem de estudos semânticos talvez seja consequência dessa carência no Curso de Licenciatura. Por isso, conseqüentemente, os professores, impregnados com o tradicionalismo das aulas de LM, privilegiam os aspectos formais e estruturais tanto da língua quanto dos gêneros textuais e deixam à margem o campo semântico, responsável pelas relações de significado, pela produção de efeitos de sentido e pela progressão textual. Sob essa ótica, Ilari (2001, p. 11) afirma: “uma das características que empobrecem o ensino médio da língua materna é a pouca atenção reservada ao estudo da significação”.

Para Ferrarezi (2008, p. 9), “a semântica é o fundamento de qualquer descrição e não há qualquer razão para se falar em uma língua natural se não se falar no fato de que uma língua, em sua essência, é algo que significa.”

Segundo Oliveira (2010), a língua possui uma natureza tridimensional, estrutural, semântica e pragmática, e a sintaxe faria parte de apenas uma dessas dimensões, a estrutural. Assim, a pouca importância dada às questões semânticas na produção de gêneros textuais forma uma enorme lacuna no que se refere à progressão textual.

Além disso, de acordo com França (2008, p. 1)¹, “ao lado da fonologia, da morfologia e da sintaxe a semântica também deve figurar no ensino de língua materna posto que é com a palavra, com os significados, com os sentidos que se lida diariamente na compreensão e leitura do mundo”.

Também é importante ressaltar que nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 1999), adota-se o texto como unidade de ensino e os gêneros como objeto de ensino. Essa adoção

¹ Disponível em:
< http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/reflexoes_en_li_franca.php>. Acesso em 11 mar. 2013.

também é recomendada nos parâmetros para o ensino fundamental, como se constata em:

Quando se toma o texto como unidade de ensino, os aspectos a serem tematizados não se referem somente à dimensão gramatical. Há conteúdos relacionados às dimensões pragmática e semântica da linguagem, que, por serem inerentes à própria atividade discursiva, precisam, na escola, ser tratados de maneira articulada e simultânea no desenvolvimento das práticas de produção e recepção de textos.” (PCN, 1998, p. 78).

As OCEM (2006, p. 38), considerando os eixos organizadores das atividades de língua portuguesa, apresentam os fatores de variabilidade que devem ser analisados nas práticas de linguagem, os quais correspondem às estratégias textualizadoras, a organização da macroestrutura semântica (dimensão conceitual), e a articulação entre as ideias/proposições (relações lógico-semânticas).

Certamente, o ensino fragmentado de LM, que deixa de abordar questões como as expostas acima, mostra-se uma das causas para o fracasso da educação brasileira, revelado a partir de alguns métodos de avaliações nacionais, como o ENEM. Os resultados desse exame, que parecem refletir um ensino defasado e enfadonho, pautado em meras classificações gramaticais e decodificações da norma de forma descontextualizada, implica na necessidade que nós, professores de LM, temos de repensar e reelaborar a nossa prática pedagógica.

Conforme Pimenta e Lima (2004), nós, exercendo o papel de professores mediadores, devemos adotar uma postura técnico-crítico-reflexiva, a fim de que possamos refletir e pesquisar sobre e a partir da nossa própria prática, desenvolvendo através dessa postura novas possibilidades de ensino que proporcionem aos educadores intervirem e adequarem o processo de ensino aprendizagem às diversas situações emergentes da atividade de lecionar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) de Língua Portuguesa sugerem que o ensino de LM seja realizado com base nos estudos de gêneros textuais, tendo em vista que, nos gêneros, encontram-se todos os elementos que constituem uma situação comunicativa, como: finalidade, especificidade do gênero, lugares preferenciais de circulação e interlocutor

eleito, bem como o seu contexto de produção. E essa realização, conseqüentemente, desenvolve a competência discursiva do aluno.

Marcuschi (2008, p. 149) afirma que o “estudo dos gêneros mostra o funcionamento da sociedade” e define o gênero como prática social e prática textual discursiva que ocorre numa dada situação de comunicação em determinado momento da história.

Porém, apesar de estar na “moda”, como enfatiza Marcuschi (2008), o tratamento com os gêneros textuais, na prática, revela-se ainda incompleto, pois, assim como as velhas práticas de ensino de LM, o texto é utilizado como pretexto para simplesmente reconhecer e decorar regras gramaticais, desconsiderando qualquer possibilidade que o aprendiz terá de desenvolver o seu domínio semântico-discursivo, aprisionado-o a superfície do texto.

Resultante dessas considerações, esta monografia tem como objeto de estudo os fenômenos semânticos utilizados como estratégia argumentativa no gênero editorial. Considerando as perspectivas semânticas formal e enunciativa, nossa análise é norteada pelos seguintes questionamentos: 1) Qual o fenômeno semântico usado como estratégia de produção do editorial? 2) Qual a funcionalidade desse fenômeno na produção do gênero em questão? 3) Qual a importância argumentativa desse fenômeno na produção de sentido veiculada pelo editorial?

A fim de respondermos a esses questionamentos, temos como objetivo geral analisar os fenômenos semânticos como estratégia lógico-argumentativa para produção do editorial. Para alcançarmos esse intento, procedemos com os seguintes objetivos específicos: a) Identificar quais são os fenômenos semânticos que ocorrem nos editoriais; b) Verificar a funcionalidade dos dados para produção do gênero em exame; c) Determinar a recorrência do(s) fenômeno(s) e sua importância argumentativa; d) Determinar se o fenômeno encontrado é indispensável para a produção do gênero editorial.

As respostas para esses questionamentos poderão dar “frutos” a uma nova pesquisa que, se voltada para o ensino de língua, poderá auxiliar na abordagem de fenômenos semânticos e, conseqüentemente, na sua utilização nas produções textuais, observando que a semântica é parte da linguística e estuda os significados das línguas naturais, devendo, portanto, fazer parte das aulas de análise linguística.

O corpus de pesquisa é composto por quatro (04) editoriais: dois

(02) editoriais do Jornal Folha de S. Paulo (FSP) e dois do Jornal da Paraíba (JP). Os editoriais selecionados foram veiculados no dia 08 - “Fraqueza comercial” (FSP); no dia 16 - “Caos municipal” (FSP) e “Boa notícia” (JP); e no dia 30 - “Até quando?” (JP), do mês de janeiro do corrente ano.

A escolha pelo gênero *editorial* se deu devido ao fato de ser um gênero de grande circulação, costumeiramente explorado nas aulas de Língua Materna (LM) e que apresenta, normalmente, temas de importante valor social. O referido gênero tem como principal função opinar/criticar sobre determinado assunto, marcando a posição do jornal. Para isso, tem sua ordem no argumentar, uma das suas principais características. Portanto, é de se esperar que, no ato de sua produção, utilize-se de estratégias semântico-argumentativas.

Temos por hipótese que essas estratégias argumentativas, de ordem semântica, sejam as relações de *sinonímia*, *hiperonímia* e a *hiponímia*, já que essas relações são importantes recursos para a coesão textual, evitando a repetição, auxiliando na substituição lexical e, no caso dos editoriais, essas relações, possivelmente, marcam argumentativamente a posição do jornal como veículo formador de opinião, tendo em vista o caráter enfático provocado por algumas expressões.

Segundo Antunes (2005), um dos procedimentos para que haja a coesão é a substituição lexical. Essa substituição proporciona a continuidade textual, contribuindo para que as unidades lexicais ou os enunciados estejam semanticamente inter- relacionados. Ainda segundo a autora, tal procedimento apresenta como recurso coesivo a *sinonímia* e a *hiperonímia*.

Na produção de um editorial, é possível que seja feita a apropriação de outras relações semânticas como a pressuposição, a polissemia, a ambiguidade. Entretanto, o nosso recorte teórico dará conta, especificamente, da *sinonímia*, da *hiponímia* e da *hiperonímia*, tendo em vista que este é um trabalho monográfico, de conclusão de curso, em que não se permite tanto aprofundamento, devido ao tempo de pesquisa.

De acordo com Chizzotti (2003), por sua natureza, nossa pesquisa se enquadra metodologicamente como uma análise de abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo.

Nosso estudo ancora-se nas perspectivas da Semântica Formal, Lexical e Enunciativa, a partir, principalmente, dos estudos de Lyons (1979);

Oliveira (2001); Cançado (2008); Muller e Viotti (2005); Pietroforte e Lopes (2005); Ducrot (1977; 1987); Marcuschi (2000 e 2008), Antunes (2005); Faria (1989).

Com base no que foi ressaltado, desenvolvemos o nosso trabalho, procurando enfatizar os recursos de natureza semântica que mantêm uma regularidade no gênero editorial e são estratégias de sua argumentação, visto que, a despeito do domínio semântico, a maioria dos estudiosos da língua ignora essas questões e não aprofunda seus estudos nessa área, focalizando, como foi dito antes, quase sempre, a forma e estrutura como se a língua fosse em toda sua amplitude, apenas o conhecimento do código, isolado das suas práticas sócias e do seu significado em uso.

Dessa forma, esta pesquisa torna-se relevante pois, além de fornecer subsídios tanto para minha formação docente e atuação profissional, como para a de outros futuros professores e pesquisadores, possibilita o desenvolvimento de outras pesquisas no domínio da semântica, visto que ainda são poucas se comparadas as de sintaxe e morfologia.

Este trabalho monográfico subdivide-se da seguinte maneira: a) Esta introdução; b) O capítulo dois, em que apresentamos os fundamentos semânticos, nas perspectivas da Semântica Formal, Enunciativa e Lexical; algumas considerações teóricas acerca dos gêneros textuais e do gênero em análise, o editorial; c) O capítulo três, em que apresentamos os procedimentos metodológicos de análise; d) O capítulo quatro, referente à análise dos editoriais da FSP e do JP, com foco nas categorias de sinonímia, hiperonímia e hiponímia; e) As considerações finais; f) As referências bibliográficas; g) E os anexos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Semântica sob as perspectivas formal e enunciativa

“A reflexão formal sobre o significado tem importância porque auxilia na formação do cidadão, independente de ele está interessado na descrição de línguas naturais.”

Roberta Pires de Oliveira

Estudar uma língua natural, sob qualquer perspectiva semântica, é explorar a *significação* das *palavras*², das *sentenças*, das *expressões* e dos *enunciados*. Assim, o objeto de análise da semântica é justamente o estudo da significação linguística, examinada pelos semanticistas sob diversos pontos de vista. Essa diversidade decorre da falta de consenso relacionada à própria definição do objeto *significado*. Dessa forma, podemos dizer que existem vários tipos de semântica, pois cada uma concebe o significado de um ângulo diferente.

Segundo Oliveira (2001), não é tarefa simples definir o objeto de estudo da semântica, pois

há várias formas de descrever o significado. Há várias semânticas. Cada uma elege a sua noção particular de significado, responde diferentemente à questão da relação com a linguagem e mundo e constitui, até certo ponto, um modelo fechado, incomunicável com outros (OLIVEIRA, 2001, p.18).

Como consequência dessa diversidade, podemos destacar, dentre as inúmeras orientações semânticas, a *Semântica Argumentativa*, a *Semântica Cognitiva* e a *Semântica Formal*. Além disso, é importante destacar que a *Semântica Formal* antecede e fundamenta as demais semânticas que surgem a partir de alguns aspectos considerados problemáticos na abordagem formal.

² Nesta monografia, usamos os termos *palavra* e *sentença* como unidades linguísticas isoladas de seu contexto de uso; o termo *expressão*, como unidade constituída por mais de uma unidade formal; e o termo *enunciado*, como unidade linguística considerada em seu contexto de uso efetivo.

Ao eleger uma perspectiva semântica, cabe ao estudioso recortar o seu objeto de estudo, singularizando alguns aspectos restritos para a análise do significado. Segundo Oliveira (2001), o problema para definir o objeto *significado* se deve ao fato de esse termo ser usado para descrever distintas situações de fala, já que, o tempo todo, falamos sobre o significado das *coisas, dos objetos no mundo*. Para a autora,

quando falamos, não produzimos sons ou movimentos de mãos sem nenhuma intenção, queremos expressar algo, falar sobre alguma coisa: o mundo ao nosso redor, nossos desejos, nossos sonhos, angústias, sentimentos (OLIVEIRA, 2001, p. 66).

Essa questão, que remete à referencialidade, está diretamente ligada à aquisição do conhecimento, já que, de acordo com Oliveira (2001, p.11), até “a própria definição de linguagem supõe a existência de significado.”

A existência de várias semânticas para explicar o mesmo objeto torna confuso o estudo e o desenvolvimento de pesquisas em semântica, mas não impede que estudiosos não conformados com esse embate queiram explorar e aprofundar os conhecimentos semânticos, não menos importantes que os demais ramos dentro da linguística.

Apesar de a existência de várias semânticas indicar alguns pontos divergentes, Oliveira (2001) orienta que não devemos considerar essa coexistência como um aspecto negativo, pois, em algum ponto, essas teorias são compatíveis e, por conta disso, desencadeiam o debate acadêmico, desenvolvendo o potencial crítico do sujeito acerca das teorias.

Conforme Tamba-Mecz (2006), o termo "semântica" foi introduzido por Bréal que, em 1883, numa perspectiva diacrônica, utilizava-o para prescrever os princípios que originam as alterações de regras no sentido das comunicações.

De acordo com Cançado (2008, p.16), “a semântica é o ramo da linguística voltado para a investigação do significado das sentenças”, embora alguns de seus aspectos ligados à questão do conhecimento ultrapassem as fronteiras deste ramo. Segundo a autora, a semântica pode ser concebida como uma ciência interpretativa das expressões linguísticas, percebendo, no momento da fala, o que continua constante numa expressão. Assim, o

semanticista procura delinear o conhecimento semântico que um falante tem de sua língua.

Em conformidade com Cançado (2008), Oliveira faz a seguinte consideração a respeito da tarefa do semanticista:

Um semanticista não pode querer ditar o que as palavras ou sentenças têm que significar, mas observar como as pessoas utilizam as palavras e sentenças e descrever esses usos procurando entender que “regras” regem a sua compreensão (OLIVEIRA, 2001, p. 22, grifo da autora).

Como vimos, cabe ao semanticista descrever o significado das palavras e sentenças de uma língua natural, observando as regularidades que permitem ao falante construir um número infinito de sentenças diversas.

O conhecimento semântico permite ao falante perceber que a sentença (1) abaixo possui mais de uma interpretação, ou descreve situações de fala diferentes.

(1) Sandra disse que ela tirou nota dez.

O pronome *ela* pode estar se referindo a própria Sandra, ou pode estar se referindo a outro indivíduo fora do contexto da sentença, produzindo, respectivamente, as seguintes interpretações:

1_a. Sandra disse que Sandra tirou nota dez.

1_b. Sandra disse que Talita tirou nota dez.

Situações de fala como a exposta em (1) representam fenômenos semânticos como a ambiguidade que resulta do uso do pronome *ele*, cujo conteúdo só pode ser descrito considerando a estrutura da sentença ou do enunciado de que faz parte integrante.

Para estudar a significação linguística constituída nas relações entre palavras em editoriais, embaso meus conhecimentos sob a ótica da *Semântica Formal* e da *Semântica Enunciativa*.

A Semântica Formal, de *tradição lógico-gramatical*, considera o *significado* como um termo complexo composto por duas partes: o *sentido* e a *referência*.

O significado é associado a uma noção de referência, ou seja, da ligação entre as expressões linguísticas e o mundo [...]. Portanto um ponto relevante a ser investigado por uma teoria linguística é a relação entre a língua e o mundo: o significado externo da língua [...]. Por exemplo, certas palavras fazem referência a determinados objetos, e aprender o que significam essas palavras é conhecer a referência delas no mundo (CANÇADO, 2008, p. 23).

Nessa perspectiva, a referência está ligada às relações existentes entre expressões linguísticas e objetos extralinguísticos, ou seja, nos apropriamos da língua para nos referir a algo ou a algum objeto no mundo. Para a autora acima citada, os traços que se mantiveram historicamente constantes na semântica formal são: o foco nos aspectos de condição de verdade do significado, a concepção de teoria de modelos em semântica e a centralidade metodológica do princípio da composicionalidade.

Para Cançado (2008), esses traços constituem-se essenciais na abordagem formal, já que, a significação de uma sentença comporta suas condições de verdade; é importante à adoção de modelos satisfatórios e cada vez mais complexos para descrição das línguas naturais, a fim de que se possa suprir as possíveis deficiências de modelos anteriores; o significado das partes contribuem para o significado de um todo, o que colabora para a interpretação de sentenças diversas.

Oliveira (2001), informa que os estudos em semântica formal, no âmbito da linguística, tiveram início na década de 50 do século xx, após o surgimento da Gramática Gerativa. Chomsky, idealizador da concepção gerativista, acredita no postulado de que as línguas naturais não compõem um sistema formal. Essa crença, no entanto, como apresenta a autora citada, é rebatida por outros estudiosos como Montague (1974) que afirma justamente o contrário, isto é, não existe diferença entre as línguas naturais e as formais.

A *Semântica Formal* considera essencial a relação da linguagem com o mundo, pois, como vimos e como ilustra Muller e Viotti (2005), a linguagem faz referência a situações ou a algo externo a própria língua e, assim, os significados estão atrelados ao mundo. As estudiosas ainda expõem que:

A Semântica Formal considera como uma propriedade central das línguas humanas ser sobre algo, isto é, o fato de que as línguas naturais são utilizadas para estabelecermos uma referencialidade, para falarmos sobre objetos, indivíduos, fatos, eventos propriedades [...] descritos como externos a própria língua. (MULLER e VIOTTI, 2005, p.139).

Além da referencialidade, as línguas naturais também se caracterizam pela sua “produtividade, que nos permite produzir e compreender constantemente significados novos.” (Muller e Viotti, 2005, p.139).

Cançado (2008) expõe algumas considerações de Chierchia (2003) acerca das teorias referenciais, concordando no fato de que essas teorias fundamentam-se no seguinte pressuposto do que seja o ato de se comunicar:

Uma língua é constituída por um conjunto de palavras e de regras para combiná-las. As palavras são associadas por convenção a objetos (Isto é, os denotam). Em virtude dessa associação podemos empregar sequências de elementos lexicais para codificar as situações em que os objetos se encontram (CHIERCHIA apud CANÇADO, 2008, p. 75).

O *significado* para a perspectiva formal provém da relação entre a linguagem e aquilo sobre o que a própria linguagem fala. Atentando para o modelo lógico, Oliveira (2001) revela que o significado se dá por meio da forma como as sentenças se estruturam, na qual os termos mantêm relações lógicas entre si, independentemente, do que significam. Segundo a autora, essas relações ocorrem porque podemos representá-las por letras vazias de conteúdo e, mesmo assim, os termos mantêm o sentido, como se exemplifica a seguir:

(2) Toda cobra rasteja.

2_a. A Cascavel é uma cobra.

2_b. Logo, a Cascavel rasteja.

(3) Toda galinha põe ovos.

3_a. Alice é uma galinha.

3_b. Logo, Alice põe ovos.

Ao concebermos as sentenças (2), 2_a, (3), e 3_a. como verdadeiras, naturalmente concluiremos que as sentenças 2_b. e 3_b. estabelecem,

respectivamente, uma relação lógica com as sentenças precedentes por meio da inclusão entre conjuntos: em (2), no conjunto das cobras está contido o ato de rastejar; se a cascavel é uma cobra e é um componente desse conjunto, necessariamente ela, a cobra, é um componente do conjunto dos animais que rastejam. Em (3), no conjunto das galinhas, está contido o ato de por ovos; se Alice é uma galinha e é um componente desse conjunto, necessariamente ela, Alice, a galinha, é um componente do conjunto de elementos que põem ovos. Assim, as relações independem do que as expressões significam.

O alemão Gottlob Frege (1978) foi quem primeiro nos apresentou a distinção entre sentido e referência. Para ele, o estudo do significado está diretamente ligado às condições de verdade de uma determinada referência ou objeto no mundo. Sob essa ótica, descrever “o significado de uma sentença é esclarecer em que condições ela é verdadeira” (OLIVEIRA, 2001, p.96).

De acordo com a abordagem *fregueana*, o sentido é o caminho que nos permite chegar a uma referência no mundo, ou o modo de apresentação do objeto, estando restrito ao conteúdo informacional de uma sentença; e a referência é o próprio objeto no mundo passível de comprovação. Dessa forma, ao proferir a sentença,

(4) *Os filhos de Francisco* construíram uma carreira brilhante.

falamos sobre uma determinada referência no mundo. Concebendo a sentença (4) como uma verdade, logo imaginaremos que os *filhos de Francisco* (superfície linguística, *sentido*, para Frege) mencionados apontam duas pessoas do gênero masculino, cujo pai chama-se Francisco e são profissionais brilhantes. Esse fato é uma verdade aberta ao domínio público de fácil constatação.

Segundo Oliveira (2001), é através do sentido que alcançamos um objeto no mundo e este nos possibilita formar um juízo de valor, baseado nas noções de falso e verdadeiro. Para a autora, “a verdade não está, pois, na linguagem, mas nos fatos do mundo. A linguagem é apenas um instrumento que nos permite alcançar aquilo que há, a verdade ou a falsidade” (p. 22).

Para Muller e Viotti (2005, p. 139), “o significado de uma sentença é o tipo de situação que ela descreve e que a descrição dessas situações possíveis é equivalente às condições de verdade da sentença.”

Essa discussão lógico-formal ligada à concepção de significado tanto das palavras como das condições de verdade é completamente diferente da concepção enunciativa ou argumentativa.

Para a Semântica Enunciativa, também chamada de Semântica Argumentativa, cujos fundamentos são atribuídos a Oswald Ducrot e seus colaboradores, na descrição semântica das línguas naturais é preciso considerar tanto os aspectos formais quanto os aspectos pragmáticos, isto é, o uso efetivo da língua.

Segundo Tamba-Mecz (2006, p. 47), a Semântica Argumentativa oriunda dos complexos da língua não resolvidos pela Semântica Formal. Em outras palavras, a perspectiva argumentativa aborda, por sua vez, “as propriedades lógicas (formais) e as normas sociais que regem os usos linguísticos”, e, dentre esses usos, o gênero textual explorado nesta monografia, o editorial.

Corforme os estudos formulados por Ducrot (1977; 1987; 1988), em sua Teoria da Argumentação, a língua se mantém envolta num *jogo* de palavras, de enunciações, e as regras estabelecidas nesse jogo argumentativo conduzem o interlocutor para o que se quer ou se pretende dizer. Dessa forma, os mecanismos ou recursos que se utilizam numa argumentação contribuem diretamente para a construção de sentidos em um texto, um enunciado, portanto.

Nessa perspectiva, a argumentação, ou argumentatividade, e a significação linguística são características fundamentais da língua, já que os sentidos são determinados na relação de interação entre sujeito – linguagem – sujeito.

Diferentemente da Teoria da Semântica Lexical de base estruturalista, para a qual as palavras se definem umas em relação às outras, na perspectiva enunciativa, as palavras “não se definem em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos” (Moura, 1998, p. 5). Segundo afirma, em entrevista³, o próprio Ducrot (2012, p. 15-16), “a significação das palavras se constitui pelas argumentações e a argumentação está primeiramente no próprio sentido das palavras e que ela não é um tipo de

³ Disponível em:
<http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.25.N2/Investigacoes-25N2_Antonio-Carlos-Xavier.pdf>. Acesso em 24 abr. 2013.

consequência do uso das palavras”.

Em concordância com Ducrot, Oliveira (2001, p. 28) expõe que a linguagem está enredada em si mesma e não funciona apenas como uma troca de informações, mas como uma forma de persuadir o outro e fazê-lo “entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade”.

Para a perspectiva enunciativa, segundo Cançado (2008), as condições de verdade de uma sentença, concepção de importante relevância na Semântica Formal, não são consideradas, tendo em vista que o significado é construído na interação falante\ouvinte. Assim, uma mesma sentença, quando em uso, um enunciado, pode ganhar diferentes sentidos. Desse modo, podemos conceber a argumentação da seguinte forma:

a argumentação é vista como a busca da persuasão de um auditório (alocutário) pelo locutor. Nesta perspectiva é que se pode dizer que a relação locutor/alocutário é constitutiva da enunciação, no sentido de que esta se faz na procura de procedimentos próprios para persuadir o alocutário. Ou seja, a representação do alocutário constitui o próprio modo de argumentar. (GUIMARÃES, 2002, p. 24)

Na perspectiva enunciativa, o conteúdo semântico das unidades linguísticas – o *sentido* – não pode ser descrito como uma relação com o mundo, mas como remetido à intenção de quem fala, pois a linguagem é um espaço onde o falante expressa, de modo explícito ou implicitamente, suas intenções.

Segundo Ducrot, (1977; 1987; 1988), para descrever a significação das línguas naturais é preciso considerar que a característica fundamental da língua é a argumentatividade e não a informatividade, e que o significado “é o resultado do jogo argumentativo criado na linguagem e por ela” (Ducrot, 1977, p. 76).

Sob essa ótica, que se aproxima mais do relativismo, não há uma ordem no mundo e as relações entre linguagem e mundo não são nem lógicas nem dependentes das condições de verdade, pois o significado dos itens lexicais, das sentenças e dos enunciados é criado a partir do jogo argumentativo. A referencialidade, posição formal abordada anteriormente, é uma ilusão produzida pela própria linguagem, a qual é utilizada para construir, partindo das interações discursivas, o mundo. Nessa perspectiva, a linguagem

é um instrumento de que o enunciador se utiliza para comunicar a outrem suas intenções, considerando o ambiente contextual em que estão imersos os interlocutores. Assim, os fenômenos semânticos em geral são abordados a partir do discurso que se estabelece entre os interlocutores, considerando os sujeitos envolvidos, o contexto, a história e os objetos no mundo.

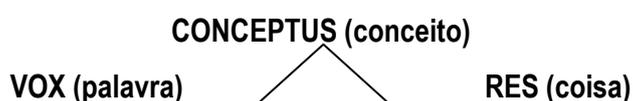
Além da discussão feita até agora, como estudo a relação estabelecida entre palavras inseridas nos editoriais e, conseqüentemente, os fenômenos semânticos que podem ser características argumentativas do gênero editorial e contributivas dos efeitos de sentido que se veicula, faz-se necessário apresentar algumas considerações na perspectiva da Semântica Lexical sobre os fenômenos da sinonímia, hiponímia e da hiperonímia, objeto de análise do *corpus* constituído para a produção desta monografia.

2.2 A semântica lexical

A semântica lexical, embora derive dos estudos semânticos formais, segue uma perspectiva não-referencialista da linguagem, tendo em vista que se insere na perspectiva da semântica estruturalista concebida por Saussure.

Na perspectiva saussuriana, o signo é uma relação estabelecida entre duas grandezas linguísticas: um *significante*, a imagem acústica, de ordem fonológica e um *significado*, o seu conceito, de ordem semântica. Para o referido linguísta, o significado se dá numa relação de diferença com outros significados. Essa concepção é de ordem relativista e, portanto, sem uma referência externa à linguagem, ou seja, o estudo da linguagem humana deve ser dirigido pelo que se passa no interior da própria língua, se definindo na relação entre *significantes e significados*.

A semântica lexical tem por finalidade descrever as relações existentes entre os significados das palavras, analisando suas propriedades. Na descrição semântica dessas relações, de acordo com Rastier (apud PIETROFORTE e LOPES, 2005, p. 114), historicamente, oscila na relação estabelecida entre os três vértices do triângulo:



Ao adotarmos um dos pontos do triângulo para o estudo da significação das línguas naturais podemos nos deparar com duas perspectivas distintas: a *semântica do referente* e a *semântica do ponto de vista*. Essas perspectivas derivam dos seguintes questionamentos simultaneamente:

Seria a estruturação do mundo em categorias algo previamente constituído nas próprias coisas ou dependeria ela das diferentes maneiras de olhar para o mundo? (PIETROFORTE e LOPES, 2005, p.113)

A semântica do referente, de tradição lógico-gramatical, dos gregos ao historicismo dos séculos XVIII e XIX, abordada no tópico anterior, considera que a linguagem se estabelece na relação entre COISA, MUNDO e a LINGUAGEM. Dessa forma, as palavras remetem aos conceitos que, por sua vez, representam as coisas. Sob essa ótica, na descrição semântica instaurada em pressupostos filosóficos, os conceitos são universais, imutáveis, independentemente da cultura, ou seja, o mundo seria o mesmo, igual para todos, e garante a verdade, a essência, pois as palavras têm um significado porque as coisas têm um ser.

Consoante Pietroforte e Lopes (2005, p. 114), a semântica do ponto de vista é de tradição retórico-hermenêutica e analisa “o que se passa entre o fazer persuasivo de um locutor e o fazer interpretativo de um interlocutor”. A descrição semântica se faz na relação entre “o que se diz e como se diz”, os conceitos dependem da cultura em que os sujeitos se inserem e a verdade é considerada por seu caráter múltiplo, decorrente de uma escolha intersubjetiva.

Para Hjelmslev (apud Pietroforte e Lopes, 2005), que adota a concepção não-referencialista, o mundo está estruturado em diferentes classes e não é dotado de referentes nem de acontecimentos verdadeiros ou falsos refletidos pela linguagem que é fonte e não reflexo das coisas do mundo. Em outras palavras, para o referido autor, o sentido emana da linguagem, articuladora de todas as atividades humanas.

Embora as duas perspectivas acima pareçam excluir-se mutuamente, na descrição semântica, dependendo do ponto de vista e do objeto que se queira descrever, elas podem ser necessárias ao pesquisador, principalmente quando se trata do ensino de fenômenos semânticos, quer

sejam abordados isoladamente, quer sejam contextualizados.

No âmbito da semântica lexical, para Pietroforte e Lopes (2005), a metodologia utilizada pelos fonologistas, para descrever o plano de expressão (significante), ou decomposição de unidades fonológicas em *traços distintivos*, também pode ser usada para descrever o plano de conteúdo (significado). Segundo essa metodologia, a unidade do plano de conteúdo são os *semas*, concebidos como unidades mínimas de significação de um mesmo campo lexical, os traços distintivos próprios do conteúdo.

Ainda de acordo com Pietroforte e Lopes (2005, p. 119) esses traços são descritos pela análise componencial ou sêmica, que opera com “porções” de significados, com a ordenação, de modo mais explícito, dos “conteúdos focalizados dentro de um campo lexical, pondo à mostra o que esses itens lexicais possuem em comum, bem como aquilo que faz a especificidade de uns e outros.”

Essa análise considera que a produção de sentido é um fenômeno humano, devendo-se, na descrição semântica, observar e descrever, o mundo de sentido construído pelo homem; como as línguas naturais interpretam o mundo físico, categorizam-no e a ele atribuem sentido, dependendo das condições sócio-históricas das expressões linguísticas em pauta.

Katz (1971 APUD Lobato, 1977, p. 62) atribui importância à teoria do componente semântico, a qual, segundo ele, é responsável por descrever a capacidade interpretativa de um número infinito de sentenças que um falante possui e, para que isso ocorra, entra em jogo o processo composicional, já que “o significado de qualquer constituinte sintaticamente composto de uma sentença é obtido como uma função dos significados das partes do constituinte.”

Segundo a teoria de Pottier (APUD Rector e Yunes, 1980, p. 117), “a palavra é considerada um conglomerado de traços distintivos relativamente constantes”. Assim, a análise do conteúdo lexical é bem mais complicada do que a análise fonológica, pois o léxico é um inventário aberto, um número ilimitado e infinito. De acordo com o semanticista, os semas possuem as classificações de caráter: *funcional* (para que serve); *morfológico* (qual a forma); *matérico* (de que é feito); e *instrumental* (situado entre as categorias de *objeto* e de *sujeito*). Essa classificação, entretanto, pode ser acrescida quando se considera o uso discursivo.

Essa metodologia é exemplificada abaixo, observando-se a composição das unidades do campo lexical de automóvel. Os lexemas estarão dispostos em linhas e os semas que os compõem, em colunas, marcados por (+) *traços presentes* e (-) *traços ausentes*:

LEXEMAS	PARA TRANSPORTAR	MOVIDO P/ MOTOR A EXPLOSÃO	TRANSPORTA PESSOAS	TRANSPORTA CARGA PESADA	COM REBOQUE
Carro	+	+	+		-
Caminhão	+	+	+/-	+	-
Carreta	+	+	-	+	+
Ônibus	+	+	+	-	-

É possível observar através dessa análise sêmica que os itens lexicais possuem ao menos um traço em comum, como também os traços que os diferenciam. Além disso, de acordo com Pietroforte e Lopes (2005), o uso discursivo de uma unidade lexical promove transformações em seu significado, constituindo:

Uma mobilização desigual dos semas contidos em seu semema, pois a utilização em discurso corresponde a uma seleção dos semas que ganharão destaque no texto em pauta; O núcleo sêmico – o conjunto daqueles semas já reconhecidos nas definições dos dicionários – é acrescido de semas contextuais (PIETROFORTE e LOPES, 2005, p. 121).

Segundo esses autores, apesar de essas transformações arroladas no discurso promoverem semantismos de primeiro e segundo plano, essa promoção não corrobora para uma total mudança de significado, fazendo com que deixemos de lado os lexemas, uma entrada de dicionário, mas uma mudança parcial, respeitando os nossos limites intersubjetivos acerca de uma determinada unidade lexical. Ressalte-se, também, que a análise componencial garante, na maioria das vezes, que se determine o tipo de relação que se estabelece no nível tanto da palavra quanto da sentença e do enunciado e, por conseguinte, que se possa identificar o fenômeno semântico que é característico de um determinado gênero textual.

2.3 As relações semânticas entre palavras

Seguindo a linha de raciocínio de Saussure de que as palavras são definidas umas em relação às outras, Pietroforte e Lopes (2005) afirmam que pela estruturação do sistema lexical as palavras instituem distintos tipos de relações: a sinonímia, a antonímia, a hiperonímia, hiponímia, a homonímia, a paronomásia e a polissemia. Nesta monografia, entretanto, examinamos apenas a sinonímia, a hiperonímia e a hiponímia, visto que essas relações estruturam os significados lexicais e são mais recorrentes no gênero editorial que constitui o corpus de nossa análise.

2.3.1 Hiponímia e a Hiperonímia

Greimas (1973) foi quem primeiro esclareceu os termos *hiponímia* e *hiperonímia*, quando tratava das relações entre lexemas dentro de uma coleção sêmica. Para ele, a hiperonímia se estabelece numa relação que vai de *totalidades* até as partes e a hiponímia se constitui da relação semântica que se estende das partes às *totalidades*. O linguista observa que esses fenômenos são consequência das seguintes constatações:

a - [...] o lexema não nos aparece mais como uma simples coleção sêmica, mas como um conjunto de semas ligados entre si por relações hierárquicas; b [...] o mesmo tipo de relações entre semas registradas no interior do lexema pode existir entre os lexemas no interior de unidades mais largas do discurso (GREIMAS, 1973, p.49).

Embora o conceito desses fenômenos tenha logo se difundido, o estudioso inglês John Lyons (1979) tratou de reformular os conceitos de hiperonímia e de hiponímia considerando que esses tipos de relações são estabelecidos como uma *inclusão*. O linguista esclarece que a hiperonímia marca a relação constituída entre um termo de caráter geral com um termo de caráter menos geral e que a hiponímia seria o menos geral, prestando uma relação de *inclusão* que se concentra no significado de unidades lexicais “maiores”.

Segundo Pietroforte e Lopes (2005, p. 128), a hiponímia e a

hiperonímia “são fenômenos provenientes das disposições hierárquicas de classificações próprias do sistema lexical”. Essa disposição hierárquica se dá numa relação de englobamento, de acordo com a disposição sêmica, quando um termo de significado mais abrangente, pelo seu número mais restrito de semas (hiperônimo) engloba outro termo de significados menos abrangentes (hipônimos). Essa disposição hierárquica, em que os termos com menos semas ficam em posição superior aos de mais semas, se exemplifica retomando os termos seguintes:

Automóveis

Carro – Caminhão – Carreta - Ônibus

O significado de *automóvel* é englobante dos significados de *carro*, *caminhão*, *carreta* e *ônibus*, cujos significados são englobados por *automóveis*. A categorização sêmica desses significados também pode ser construída discutivamente.

Segundo Antunes (2005), esses fenômenos constituem um importante recurso para progressão textual, a substituição lexical. Segundo a autora, o hiperônimo designa uma classe de seres e pode ser chamado de palavra superordenada ou nome genérico, capaz de abarcar todos os membros de um grupo. Assim, “possibilita equivalências de ampla abrangência de significados, é, sem dúvida, um fator de grande versatilidade e economia linguística” (p. 102). Da importância deste fenômeno Antunes coloca que:

os hiperônimos funcionam como uma espécie de ‘curinga’, de ‘carta de baralho’ que cabe em muitos lugares. São palavras que podem substituir grande número de outras; basta que designem entidades do mesmo tipo (ANTUNES, 2005, p. 102-103).

Antunes (2005) também coloca que essa ampla abrangência proporcionada pelos hiperônimos possibilita, além de uma substituição, o *enquadramento* das ideias contidas em subpartes de um texto.

2.3.2 A sinonímia

Pietroforte e Lopes (2005, p. 126), em consonância com o posicionamento de Lyons (1979) em relação à sinonímia, consideram que “dois termos são chamados sinônimos, quando apresentam a possibilidade de se substituir um ao outro em determinado contexto.”

De acordo com LEAL (2003), essa relação sinonímica deve ser considerada uma das estratégias de referência, (\neq referencialidade), considerando, para isso, as relações discursivas (contextuais) e cotextuais (intratextual).

Sob o ponto de vista argumentativo, entretanto, a relação sinonímica tanto pode ser construída, quanto desfeita no discurso. Além disso, não existe sinonímia perfeita porque, mesmo que alguns termos possam substituir-se um ao outro em um mesmo contexto, as unidades léxicas não são intercambiáveis em todos os contextos, pois as situações discursivas se apresentam diferentes, como se exemplifica a seguir.

(5) O meu carro está muito *velho*.

Na sentença (5) o termo *velho* parece que não pode ser substituído por *idoso*.

Sob a ótica argumentativa de emprego discursivo, Cançado (2008) e Pietroforte e Lopes (2005), observam que a escolha entre duas ou mais unidades léxicas consideradas sinônimas obedece a vários fatores:

a) Um termo apresenta mais intensidade do que o outro (por exemplo: adorar/amar);

b) Um termo implica aprovação ou censura, enquanto o outro é neutro (por exemplo: beato/religioso);

c) Um termo pertence à variedade de prestígio; o outro, à variedade estigmatizada (por exemplo: dinheiro, grana/bufunfa);

d) Um pertence a uma linguagem considerada vulgar, enquanto o outro, não (por exemplo: trepar/fazer amor);

e) Um termo pertence a uma variedade de língua antiga ou muito nova e o outro, não (por exemplo: avença/acordo);

f) Um termo pertence a uma variedade mais antiga; o outro, a uma variedade mais atual (por exemplo: petisqueiro/armário);

g) Um termo pertence a uma variedade técnica; o outro, à variedade mais usual (por exemplo: hanseníase/lepra);

h) Um termo é usado para manter-se fiel às características regionais (por exemplo: girador/rotatória);

i) Um termo é usado para ressaltar diferenças entre os objetos de que se fala (por exemplo: mandioca/macaxeira);

j) Um termo atende mais ao grau de formalismo da fala (por exemplo: chata/desagradável).

Dessa forma, como ressalta Antunes (2005), a substituição de uma palavra por seu sinônimo requer muito cuidado, e só podemos decidir pela adequação de uma substituição sinonímica no momento concreto do texto, devido a não existência de um sinônimo perfeito. Ao tratar da substituição lexical como um elemento coesivo, a autora aborda a relação de sinonímia como sendo gerada a partir de palavras que possuem o mesmo sentido ou sentido aproximado. Para a referida autora, a relação sinonímica

possibilita a formação de uma cadeia, de um fio em sequência. Além deste efeito coesivo, [...] tem repercussões no caráter informativo e na força persuasiva do texto, pois pode elevar o grau de interesse do interlocutor pela forma como as coisas são ditas (ANTUNES, 2005, p. 100).

Como se pôde observar através da teoria, tanto a sinonímia como a hiponímia e a hiperonímia são recursos fundamentais para a coesão textual, ajudando na substituição e promovendo a construção de sentido através da adequação das palavras a determinados contextos.

A partir dessas considerações sustentaremos a nossa análise mais a frente, buscando verificar a recorrência desses fenômenos a fim de descobrir se os mesmos compõem o gênero editorial, sendo assim, indispensáveis para sua produção.

2.4. O gênero textual em questão: O editorial

Atualmente, o ensino de língua materna e da produção de textos tem sido relacionado ao estudo de gêneros textuais que, para a sua produção, implica o conhecimento do código linguístico e dos elementos orientadores da situação comunicativa, composta também pelas questões pragmáticas e semânticas.

É preocupação de estudiosos da língua que o trabalho em sala de aula se concretize a partir do estudo dos gêneros textuais, e não mais em fragmentos descontextualizados, em que se utiliza o texto como pretexto para o ensino da nomenclatura, ou se produz para mera correção de *certo e errado*⁴, como o que ocorre na prática das “velhas” *redações escolares*, situação em que os alunos não são preparados para um evento comunicativo.

A produção textual manifestada através dos gêneros permite que o aluno, enquanto sujeito crítico de uma determinada cultura e sociedade, participe de um processo de interação com o outro, de uma ação discursiva com finalidades específicas, em que se sabe para quê? para quem? porque se escreve? e qual a esfera de circulação do que se vai produzir.

Assim, conforme Marcuschi (2000), os gêneros são processos particulares de produção e consumo social de textos, possuem uma função na sociedade, revelando suas práticas, dependendo da situação e do que se quer comunicar. Para o linguista acima citado,

quando dominamos um gênero textual não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em contextos particulares. Pois como afirmou Bronckart (199:103), “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas” (MARCUSCHI, 2000,p. 4).

Segundo os PCN (1998, p. 21) de língua portuguesa, ao interagirmos através da linguagem concretizamos uma atividade discursiva. Essa atividade é realizada por meio de textos⁵ que, em função de uma intenção

⁴ Para um melhor aprofundamento acerca desses conceitos, ver o livro “Preconceito linguístico”, de Marcos Bagno (citado na bibliografia).

⁵ A concepção de texto adotada aqui é de produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo, qualquer que seja sua extensão, é o texto, uma sequência verbal

comunicativa, se organizam dentro de determinados gêneros. Assim, o documento define gênero da seguinte forma:

Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura. São caracterizados por três elementos: conteúdo temático: o que é ou pode tornar-se dizível por meio do gênero; construção composicional: estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero; estilo: configurações específicas das unidades de linguagem derivadas, sobretudo, da posição enunciativa do locutor; conjuntos particulares de seqüências que compõem o texto etc (PCN, 1998, p.21).

Para Bahktin (2003, p. 282), “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso⁶, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo. Dispomos de um rico repertório de gêneros de discursos orais e escritos.”

Seguindo essa linha de pensamento, Marcuschi (2000, 2008) revela que os gêneros possuem uma função social, pois são concretizados através de textos nas mais diversas situações de comunicação. Segundo o autor, os gêneros podem variar de uma cultura para outra, já que surgem na sociedade e nos costumes, adquirindo uma maleabilidade. Portanto, é necessário que contemplemos em nossas atividades pedagógicas uma diversidade de gêneros, uma vez que textos concernentes a gêneros distintos se organizam de diferentes formas. O autor observa que os gêneros textuais,

são textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p.155).

Dell'isola (2007), assim como Marcuschi, defende que os gêneros textuais são estabelecidos socio-historicamente como ações que atuam sobre o mundo, descrevem-no e o constitui de alguma maneira. A linguista defende

constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência. (PCN, 1998 p. 21).

⁶ Bahktin adota a expressão *gênero do discurso* por questões terminológicas que não convém expor aqui. Nesta monografia, porém, utilizarei a expressão gênero textual ou de texto, visto que alcançamos a comunicação através de textos com diferentes funções.

piamente o estudo da língua através dos gêneros textuais, uma vez que “os gêneros servem às necessidades e aos propósitos comunicativos dos falantes que os utilizam.” (p. 38)

Schneuwly e Dolz (2004), ao pensar o processo de ensino-aprendizagem, desenvolveram o procedimento de sequência didática que, segundo os autores, gira em torno de um gênero textual oral ou escrito, ou seja, as atividades devem ser organizadas a partir do gênero escolhido, pois o domínio deste possibilita ao “aluno escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação” (p. 97).

Segundo Bronckart (apud MARCUSCHI, 2008, p. 222), ao elaborar um modelo didático, o professor deve fazer a escolha de um gênero que se adapte ao nível de conhecimento do aluno e avaliar esse gênero a partir de uma análise das propriedades do texto, levando-se em conta seus usos, suas formas, suas variações e seus contextos de uso.

De acordo com essas considerações, devemos explorar os recursos que mobilizam a nossa língua durante as práticas de leitura, escrita e análise linguística por meio dos gêneros textuais para que sejam apreendidas a partir de seu uso efetivo, tendo visto que os gêneros estão presentes na nossa vida a todo o momento de interação verbal, refletindo uma situação comunicativa. Além disso, o trabalho com os gêneros textuais possibilita ao aluno desenvolver sua competência comunicativa e, conseqüentemente, se tornar um sujeito crítico dentro da sociedade.

Sob essa ótica, desenvolvemos o nosso trabalho, explorando o funcionamento da língua a partir das relações semânticas que são próprias do gênero editorial e que, portanto, servem de estratégia argumentativa, com o intuito de contribuir para o ensino de língua materna.

Faria (1989) nos mostra que o trabalho em sala de aula realizado a partir de gêneros da esfera jornalística possibilita ao aluno o contato com diversas questões da atualidade. Nidelcoff (apud FARIA, 1989, p. 101) complementa que esse contato é “uma atividade importante para vivenciar a escola como lugar para dialogar e pensar com outras pessoas, sobre o que acontece no mundo”. Dessa forma, as experiências escolares se constituem em interface com as experiências da vida.

Considerando também esse fato, escolhemos explorar nesta monografia o gênero editorial que, por estar dentro da esfera jornalística e

apresentar temas de importante valor social, é frequentemente usado nas aulas de língua materna.

De acordo com Faria (1989), por lidar com argumentos, ideias e críticas, apontando a posição do jornal sobre os principais acontecimentos do momento, o gênero editorial, dos textos que compõem o jornal, é o mais difícil e, ao mesmo tempo, o melhor para ser utilizado em sala de aula. A autora expõe uma definição geral do gênero, extraída do Dicionário de Comunicação (DC) de Rabaça e Barbosa (1987), a saber:

Editorial: Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do *veículo* ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista, etc.) ou *emissão* (do programa de televisão ou rádio). O editorial apresenta, principalmente em sua forma impressa, para um jornal, traços estilísticos peculiares (...) A página editorial tem um estilo que acompanha as tendências do jornal, o próprio 'estilo' do jornal. Esse 'estilo' é equilibrado, denso ou leve, conforme linha do veículo (FARIA, 1989, p.118-119).

Quanto à estrutura formal do gênero editorial, Faria (1989) aponta que é simples e de fácil apreensão, pois

apresenta sucintamente a questão, fazendo um histórico, se for o caso; desenvolve os argumentos e contra-argumentos necessários à discussão do assunto e a defesa do ponto de vista do jornal; finaliza expondo de modo condensado a posição adotada pelo jornal (p. 119).

Além disso, Faria (1989, p. 119) chama atenção para o fato de que é através do vocabulário que “os articuladores discursivos, responsáveis pela coesão textual garantem o rigor lógico da argumentação e do encadeamento das ideias.”

Para Dell'isola (2007), o editorial além de apresentar uma opinião, também analisa, clarifica, expõe, interpreta e esclarece o que é obscuro, entre outras funções.

Aproveitando que a nossa análise será realizada a partir de alguns editoriais da Folha de S. Paulo (FSP) e do Jornal da Paraíba (JP), achamos adequado considerar as normas para elaboração do gênero no Manual de Redação da Folha de S. Paulo, as quais também servem de parâmetro para o

JP que não possui um manual próprio de redação. Assim, o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* traz as seguintes definições para o gênero editorial:

Editorial – É o texto em que o jornal exprime de maneira formal suas opiniões. Nunca é assinado (1987, p. 152).

Editorial – Texto que expressa a opinião de um jornal. Na Folha, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha” (2001, p. 64).

Grande parte do editorial é constituída por argumentação e os editores, segundo sua objetividade, além de mostrar o ponto de vista do jornal sobre determinado assunto, tentam persuadir o leitor de que a tese apresentada é verdadeira ou pelo menos mais adequada. Para isso, envolvem o leitor com a ajuda de recursos linguísticos, expressões marcantes que reforcem a argumentação e auxiliem na coesão textual.

Segundo Pereira e Rocha (2006, p. 58), “o editorial tem a difícil tarefa de tomar uma posição diante dos fatos do cotidiano, num espaço cheio de contradições e ainda conciliar os interesses de diferentes leitores”.

Há autores que discordam quanto ao editorial ser um gênero que ponha em pauta o ponto de vista de todo o jornal, enquanto instituição. E, assim como esses autores, Juarez Bahia (APUD: RABAÇA & BARBOSA, 2002) observa que “a opinião expressa no editorial é alguma coisa mais do que a simples opinião do proprietário”. Para o autor, há algumas exceções em que realmente se exponha de fato as opiniões do conjunto de diretores e editorialistas que, segundo Bahia, “identificados com a linha do jornal, escrevem e atuam com autonomia e independência, critério e responsabilidade, garantindo um conceito de opinião que busca dignificar o veículo”.

Essa discussão, porém, não será aprofundada aqui, tendo em vista o caráter objetivo deste ponto da fundamentação, o qual foi desenvolvido apenas para situar o leitor acerca do gênero que será explorado.

3. O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Esta monografia, como dito introdutoriamente, tem como objeto de estudo os fenômenos semânticos utilizados como estratégia argumentativa no gênero editorial.

Por sua natureza, nossa pesquisa se enquadra metodologicamente como uma análise de abordagem qualitativa e, de acordo com a classificação dos objetivos, é exploratória e descritiva. Segundo Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa estuda um fenômeno no local em que ocorre, procurando encontrar o sentido desse fenômeno e interpretar os significados que as pessoas dão a ele.

O corpus da pesquisa é composto por quatro (04) editoriais: dois (02) editoriais do Jornal Folha de S. Paulo (FSP) e dois do Jornal da Paraíba (JP). Os editoriais selecionados foram veiculados no dia 08 - “Fraqueza comercial” (FSP); no dia 16 - “Caos municipal” (FSP) e “Boa notícia” (JP); e no dia 30 - “Até quando?” (JP), do mês de janeiro do corrente ano.

Nesta monografia, o corpus descrito acima foi analisado da seguinte maneira: Em primeiro lugar, analisamos a categoria *sinonímia* em todos os editoriais, tanto os da Folha de S. Paulo (doravante FSP), quanto os do Jornal da Paraíba (doravante JP). Esses editoriais foram identificados pela numeração contínua, do seguinte modo:

- [E1- *Caos Municipal* (FSP)];
- [E2- *Até quando?*(JP)];
- [E3- *Fraqueza comercial* (FSP)];
- [E4- *Boa notícia* (JP)].

Além disso, informações adicionais consideradas necessárias à identificação, localização do fenômeno em análise estão postas entre chaves.

Em segundo lugar, analisamos as relações de hiperonímia e hiponímia, seguindo a sequência anterior, que se alterna entre os editoriais, um da FSP e outro do JP, até mesmo para que se observe alguma comparação estilística, se possível, já que o JP é construído seguindo os parâmetros de redação da FSP. Destaque-se, ainda, que os fragmentos dos editoriais em que

se descreve as relações de hiperonímia e hiponímia estão sublinhados, a fim de a visualização e a identificação seja facilitada para o(a) leitor(a).

Os editoriais estão disponíveis em anexo e foram transcritos do material impresso cedido pelo arquivo da ADUFCG (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande). Os editoriais em anexo estão com algumas marcações coloridas feitas por mim, as quais exibem os sinônimos e os distinguem dos hiperônimos do seguinte modo: a cor lilás marca os sinônimos e o verde os hiperônimos.

O texto dos editoriais se apresenta em formato distinto do original, que é disposto em duas colunas, mas, aqui, nesta monografia está disponível em apenas uma coluna, tendo em vista que se torna mais fácil a visualização e identificação das unidades linguísticas que constituem os fenômenos objeto de nosso estudo.

4. A ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A categoria sinonímia no gênero editorial

Como abordado na fundamentação, o fenômeno da sinonímia ocorre quando duas unidades linguísticas podem, pela sua possibilidade em compartilhar o maior número de semas, se substituírem em determinado contexto e, de uma forma ou de outra, mantendo o mesmo valor de *sentido*.

É importante destacar aqui que a sinonímia tanto pode ser desfeita no discurso, quanto pode ser construída discursivamente. De acordo com Pietroforte e Lopes (2005, p. 126), diante do discurso “o enunciador pode tornar sinônimas palavras ou expressões que em outro contexto não o são”. Assim, esta análise não se limita considerando apenas os conceitos dicionarizados, mas o contexto, isto é, a construção das relações semânticas no discurso.

• 4.1.1 Editorial “Caos municipal”

Em [E1- *Caos Municipal* (FSP)], disponível no Anexo A, é possível observar que a relação de sinonímia percorre quase toda estrutura argumentativa do gênero, desde a apresentação da questão, percorrendo principalmente a argumentação, até a defesa do ponto de vista do jornal.

O editorial traz à tona a situação das prefeituras de diversos municípios brasileiros e é através de sinônimos que concluem o objeto do discurso, mostrando o posicionamento do jornal. Inicialmente, já é possível perceber esse posicionamento a partir do próprio título do editorial - “Caos Municipal” - que remete à situação de desordem, bagunça que é deixada pelos ex-prefeitos durante suas atuações.

A ideia, o valor semântico expressado pela expressão *caos*, é mantida no desenvolvimento textual, com a utilização das unidades linguísticas *quebrada, sucateada, desorganização, depredados, em situação de penúria, lamentável, deplorável, inaceitável, inépcia, mazela generalizada* (no sentido de problema). Essas unidades possuem semelhante carga negativa que se observa na unidade *caos*, em relação à falta de cuidado, à bagunça. (Ver Anexo A).

Todas essas expressões apontam para uma mesma referência, um objeto no mundo, que é a situação das prefeituras e dos municípios citados no editorial. Os prefeitos também são referidos com expressões sinônimas tal qual *políticos, gestores, alcaide e potentados*. Essas expressões sinônimas assim como as citadas mais acima mantêm o encadeamento das ideias de um parágrafo a outro, como também evitam a repetição, auxiliando na progressão textual.

Além da função coesiva, os sinônimos com carga negativa apresentada possuem uma força argumentativa que está diretamente relacionada ao posicionamento do jornal, contrário aos ex-prefeitos, condensado nos dois últimos parágrafos, em que aparece o contra-argumento do jornal, que diz que *os gestores não ficam isentos de seguir os preceitos legais no trato com a coisa pública. As sanções continuam as mesmas, de multas a suspensão de direitos políticos e prisão. Não há dúvida de que as leis devem ser aplicadas com rigor.* (Anexo A).

Dessa forma, percebe-se que o jornal não concorda com a situação encontrada nas prefeituras e, para veicular essa discordância, faz escolhas lexicais, como é o caso da retomada pelos sinônimos. Em [E1 - *Caos Municipal* (FSP)], essa escolha se concretiza no uso das unidades:

- *Quebrada, sucateada e desorganização*, nos seguintes trechos:

“Novos prefeitos, em diversas regiões do Brasil, recebem a administração **quebrada** por seus antecessores; número de municípios é excessivo”.
{subtítulo}

“Após quatro anos à frente da Prefeitura de João Alfredo (PE), Cavalcanti deixou a cidade **sucateada** [...]” a sala de cirurgia do único hospital foi interditada, vacinas se perderam com corte de energia, servidores estão com salários atrasados e fornecedores não foram pagos, entre outros casos de inaceitável **desorganização** administrativa. {2º parágrafo}

- *Lamentável, deplorável, em situação de penúria*:

“[...] volta agora ao noticiário inserido em mais um capítulo **lamentável** da crônica política brasileira.” {1º parágrafo}

“[...] entregaram a seus sucessores uma prefeitura em **situação de penúria**.” {1º parágrafo}.

“Num episódio folclórico, mas nem por isso menos **deplorável**, [...]” {4º parágrafo}

- *Quebrados, depredados:*

“Prédios públicos **depredados**, luz, internet e telefone cortados por falta de pagamento, veículos **quebrados** e encostados, ausência de móveis básicos. Em Chapadão do Céu (GO), Rogério Graxa (PP) nem sequer recebeu as chaves da prefeitura.” {6º parágrafo}.

São essas palavras de carga negativa, assim como *inaceitável*, *inépcia*, *mazela generalizada*, que amarram o texto pelo sentido e, no caso dessas duas últimas, retomam a ideia de caos apresentada no título.

Os sinônimos apresentados em [E1- *Caos Municipal* (FSP)], reforçam, dão ênfase, uns com mais intensidade do que outros, já que não existe sinonímia perfeita, a opinião do veículo e, possivelmente, como consequência dessa escolha, interferem na opinião dos leitores o que caracteriza a finalidade de um editorial, bem como sua argumentatividade.

4.1.2 Editorial “Até quando?”

Em [E2- *Até quando?* (JP)], Anexo B, está posta a questão da falta de fiscalização por parte dos poderes públicos, mais especificamente das prefeituras municipais brasileiras, em relação aos desastres que ocorrem na sociedade, os quais se tornam inevitáveis pela falta do olhar de órgãos superiores.

Os sinônimos, em [E2- *Até quando?* (JP)], possuem um caráter enfático, que corroboram para chamar a atenção do leitor para o fato apresentado e, conseqüentemente, criticar os governantes da nossa sociedade.

Antes mesmo de atestar aqui as relações sinonímicas que ocorrem nesse editorial, é preciso atentar para o fato de que essas relações parecem contestar as concepções teóricas que apresentam, por sua vez, que a relação de sinonímia se dá apenas entre unidades linguísticas semelhantes, mas observa-se que essa relação de semelhança, de proximidade semântica também se estabelece entre expressões como:

- “vista grossa⁷”, “imprevidência humana”, “descaso”, “ausência”:

“A **vista grossa** de Prefeituras para casas noturnas sem alvarás, a ausência de equipamentos de segurança, o não treinamento de equipes para o uso de extintores de incêndio, enfim, a **falta da fiscalização** a estabelecimentos do gênero são males, ao que tudo indica, fadados à perenidade.” {2º parágrafo}

“A **imprevidência humana**, destaque-se, não tem morada certa nem determinada. Habita os ermos sertanejos e, igualmente, as periferias urbanas onde a indignância nacional costuma tomar assento.” {6º parágrafo}

“Diga-se que as potenciais vítimas de inundações e deslizamentos resultam de eras de **descaso**. São frutos da **ausência de planejamento**, embora presentidas. Em muitos casos, tardam, mas não faltam.” {6º parágrafo}

Todas essas expressões em destaque remetem à falta de fiscalização por parte das autoridades e servem para enfatizar esse fato, se apropriando cada vez mais, numa linha crescente de expressões mais fortes, mais negativas, conduzindo, assim, pelo teor da leitura, o leitor para sua tese e alertando-o para o problema exposto.

A ideia de falta de fiscalização, o ponto focado pelo veículo, também é retomada pelas conseqüências que essa falta provoca na sociedade, através das relações sinonímicas estabelecidas entre as unidades linguísticas observadas a seguir:

- *Males, tragédias, dramas:*

“O tempo dirá se o fogo que ceifou a vida de mais de 200 jovens no Rio Grande do Sul terá ensinado algo proveitoso à sociedade e aos poderes públicos. Por enquanto, o histórico de **tragédias** como essa não recomenda, neste sentido, maiores esperanças.” {1º parágrafo}

“A vista grossa de Prefeituras para casas noturnas sem alvarás, a ausência de equipamentos de segurança, o não treinamento de equipes para o uso de

⁷ Vista grossa: Fingir não perceber o erro, ou que não está percebendo o erro de outra pessoa, mesmo que de forma proposital; o mesmo que ignorar, quando feito deliberadamente. Disponível em:

<<http://www.dicionarioinformal.com.br>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

extintores de incêndio, enfim, a falta da fiscalização a estabelecimentos do gênero são **males**, ao que tudo indica, fadados à perenidade.” {2º parágrafo}

“Além do mais, tenhamos em mente que não só de fogo em boates vivem as **tragédias** coletivas neste Brasil continental. Elas prosperam, também, sazonalmente, na obstrução de leitos e galerias pluviométricas e, não menos, na ocupação desenfreada das áreas de risco em grandes e pequenas cidades.” {4º parágrafo}

“Nossos **dramas** percorrem em velocidade máxima as estradas brasileiras com saldos nefastos a cada final de ano: perto de 40 mil mortes de janeiro a dezembro. Temos, nesse caso, a comoção popular reduzida pela diluição dos óbitos, dia a dia, em todas as direções da Rosa dos Ventos.” {5º parágrafo}

“As inundações de áreas baixias, com perdas humanas e materiais, e o deslizamento de encostas onde comunidades inteiras dependuram a vida compõem o calendário das nossas **tragédias** sabidas e aguardadas, anualmente, sem outros cuidados além dos planos de contingência de governos sucessivos, inúteis porque feitos de abrigos provisórios e ações ocasionais. Até quando?” {7º parágrafo}

Essas unidades em destaque são unidas pelo seu traço semântico negativo de tudo o que é oposto ao bem, como infelicidade, desgraça, calamidade, dano, prejuízo.

O pensamento se fecha ao final do último parágrafo citado, já reforçado pelos sinônimos citados e selecionados pelo jornal anteriormente.

A ênfase obtida através das expressões sinonímicas reforça a argumentação e dão mais respaldo ao posicionamento final do jornal, que segue a mesma linha no decorrer do texto, contrário à situação exposta de que as autoridades sabem que as tragédias podem ocorrer e apenas aguardam imprevidentemente, ignorando os riscos sofridos pela população.

4.1.3 Editorial “Fraqueza comercial”

Em [E3- *Fraqueza comercial* (FSP)], Anexo C, põe-se em xeque a situação da economia brasileira, traçando um panorama que vai desde o desempenho até os resultados econômicos. O editorial “Fraqueza comercial”

pretende criticar a economia brasileira, que não “anda bem”, salientando as falhas devido à falta de manejo do governo para com esse setor.

O estado atual da economia (de acordo com a data do editorial), a sua desenvoltura perante os mercados de importação e exportação é colocada logo na apresentação do título “*Fraqueza comercial*” (ver Anexo C). Nesse título, o sentido da palavra *fraqueza* dentro desse contexto é intensificado cada vez mais no decorrer do texto através de sinônimos que, provavelmente, implicam a posição do jornal, sua censura e desaprovação em relação ao fato explorado. O sentido da palavra *fraqueza* também é recuperado pela unidade linguística *deficiências*, no subtítulo, resgatando o sentido de defeito, falhas, que é enfatizado mais adiante, como se pode comprovar pelo uso das expressões a seguir:

- *Fraqueza comercial; pior saldo; resultado ruim; deficiências:*

“*Fraqueza comercial*- 08 de janeiro de 2013” {título}

“Diferença entre exportações e importações tem *pior saldo* desde 2002; *resultado ruim* é fruto de *deficiências* internas, além da crise global” {subtítulo}

Tendo como referência o desempenho e os resultados comerciais brasileiros, a partir do subtítulo apresentado acima, faz-se a utilização das expressões sinônimas *resultado ruim* e *pior saldo* e, mais à frente, no terceiro parágrafo, retoma-se essa carga negativa com a expressão “*destaque negativo*” em:

“Outros *destaques negativos* foram as vendas para a China -principal parceira comercial do Brasil-, que diminuíram 7%, e para a Argentina -ainda um grande destino de manufaturados brasileiros, apesar da deterioração de sua economia-, que absorveu 20,7% a menos do que em 2011.” {3º parágrafo}

Essas expressões sinônimas, construídas no discurso, marcam a ênfase dada a essa *fraqueza comercial*, a ineficácia, as falhas em relação ao desempenho econômico.

A fim de manter as amarras textuais e a carga semântica negativab que, inicialmente, foi veiculada no título, a *fraqueza comercial*, são usados os sinônimos seguintes:

- *Desempenho ruim, redução, desaceleração, recuo, estagnação:*

“A balança comercial brasileira teve em 2012 seu **pior resultado** em dez anos. A diferença entre as exportações e as importações foi de US\$ 19,4 bilhões, **redução** de quase 35% em relação aos US\$ 29,7 bilhões obtidos em 2011.” {1º parágrafo}

“O **desempenho ruim** está diretamente relacionado com a **desaceleração** da economia mundial. O Brasil exportou um total de US\$ 242,6 bilhões, 5,3% a menos que no ano anterior. Preços menores de commodities, especialmente do minério de ferro, e a recessão europeia explicam boa parte do **recuo**.” {2º parágrafo}

“Não são apenas as causas globais, contudo, as responsáveis pela **estagnação** do comércio brasileiro. Muitas amarras históricas que ainda prendem o país são "made in Brazil".” {6º parágrafo}

Esses sinônimos, considerando-se o contexto apresentado, representam a consequência dessa fraqueza, dessa ineficácia econômica, e carregam o sentido de retrocesso, baixa, abatimento, decréscimo, enfraquecimento. Os sinônimos estão dispostos na sequência em que foram apresentados no texto, a cada parágrafo e até mesmo em seu interior é observado uma intensidade, com relação a negatividade das expressões, cada vez maior nessas expressões.

No sexto parágrafo de [E3- *Fraqueza comercial (FSP)*], ao tratar das causas para o insucesso comercial do nosso país, a pauta exportadora é caracterizada e enfatizada pelas seguintes expressões sinônimas destacadas.

“A falta de inovação e de competitividade, por exemplo, mantém a pauta exportadora **pouco diversificada** e com **baixo conteúdo** tecnológico.” {6º parágrafo}

Após apontar as falhas, mostrar o quanto o país se encontra economicamente mal, por meio de seleções lexicais de carga negativa no universo econômico, o editorial é concluído apresentando um posicionamento desfavorável (como era de se esperar) à situação e uma possível solução para o problema: “[...] *traçar uma agenda positiva com países que têm seguido melhor a rota do desenvolvimento, como Chile, México e Colômbia*”.

Por fim, é possível observar que os sinônimos utilizados adequadamente nas substituições das unidades amarram o texto, formando um todo coeso. E, assim como em [E1- *Caos Municipal* (FSP)] e [E2- *Até quando?*(JP)], também em [E3- *Fraqueza comercial* (FSP)] os sinônimos são utilizados para enfatizar o sentido que se pretende dar ao texto, direcionando o leitor para a ideia defendida pelo veículo de comunicação, revelando sua posição diante do fato exposto, caracterizando-se, dessa forma, como uma importante estratégia argumentativa.

4.1.4. Editorial “Boa notícia”

Em [E4- *Boa notícia* (JP)], Anexo D, diferentemente dos outros editoriais analisados, apresenta-se uma situação positiva para sociedade e um posicionamento favorável à situação veiculada, quando a denomina de “Boa notícia”, referida no título. Considerando o contexto dessa expressão, diz-se *bom*, aquilo que é correto, conveniente, agradável à determinada situação (Larousse Cultural de Língua Portuguesa, 1999).

Na introdução da situação descrita em [E4- *Boa notícia* (JP)], é determinada como boa notícia a *redução tarifária* de energia elétrica por parte do governo brasileiro, como se pode ver abaixo:

“O ano começa com uma *boa notícia*: a da *redução* média de 20,2% nas tarifas de energia elétrica cobradas da livre empresa e do consumidor comum, nos mais diversos pontos do País.” {1ºparágrafo}

Semelhantemente a [E1- *Caos Municipal* (FSP)], [E2- *Até quando?*(JP)] e [E3- *Fraqueza comercial* (FSP)], em [E4- *Boa notícia* (JP)], a ênfase no que se pretende veicular, produzir como efeito de sentido, é alcançada com o uso de expressões sinônimas que remetem ao sentido de abatimento, diminuição, baixa tarifária, apresentado na introdução da questão, como vimos acima, e retomado em outros parágrafos, como a seguir:

- *Redução tarifária; corte tarifário; barateamento; diminuição; acordo tarifário:*

“Confirma-se, desse modo, a promessa governamental que muitos entendiam ameaçada em decorrência da estiagem comprometedora dos grandes e médios reservatórios d’água. Com, ou sem chuvas, persistia, porém, o propósito da **redução tarifária**, conforme entrevistas sucessivas de porta-vozes do setor.” {2º parágrafo}

“Na edição da última segunda-feira, o Diário Oficial da União trouxe a nova lei do setor elétrico, ferramenta da qual o governo da sra. Dilma Rousseff se utiliza para também reduzir o desembolso do Tesouro Nacional com o **corte tarifário** prometido aos distintos consumidores.” {4º parágrafo}

“A taxa de fiscalização cobrada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (com impacto direto sobre a tarifa final) caiu para 0,4%. Entende-se que a perda de arrecadação da agência reguladora beneficiará o Tesouro que, então, vai pagar menos para garantir o **barateamento** das contas de luz.” {5º parágrafo}

“[...]Mas, tanto para a livre empresa quanto para os lares, a providência atende aos princípios da justiça social, posto que repercute no chamado “Custo Brasil” e, principalmente, no salário de quem trabalha. Faz justiça, também, quando serve à **diminuição** do custo indecoroso da energia no País das hidrelétricas.” {7º parágrafo}

“É difícil entender as razões que já levaram as usinas de São Paulo, Minas Gerais e Paraná à recusa do **acordo tarifário** que, no frígido dos ovos, repercutirá, positivamente, na produção e no consumo, em escala nacional.” {8º parágrafo}

É perceptível que o sentido apresentado pela palavra *redução* foi retomado pela unidade *corte*, e já no parágrafo seguinte é substituída pela expressão *barateamento*, depois por *diminuição* e, por fim, na conclusão, com a expressão *acordo tarifário* que, nesse uso discursivo, no domínio da economia, ganha os chamados *semas contextuais* e pode, assim, ser substituído sem prejuízo algum no sentido tarifário pretendido.

A relação sinonímica também aparece na justificativa dada pelo jornal quando se coloca a favor da redução tarifária, como se observa a seguir:

- *Custo indecoroso; tarifas de energia elétrica mais caras; justo; digno:*

“Faz justiça, também, quando serve à diminuição do **custo indecoroso** da energia no País das hidrelétricas.” (7º parágrafo).

[...] “Todos aqueles que pagam uma das **tarifas de energia elétrica mais caras** do continente reclamam e merecem, também nesse campo, tratamento **justo e digno**.” (8º parágrafo).

As expressões em destaque acima podem ser consideradas sinônimas, pois a primeira equivale à segunda, quando sabemos que *indecoroso*, nesse caso, se diz das tarifas consideradas imorais, vergonhosas pelo tanto que custam, pelo custo *caro*, mais do que seria razoável ou normal, e, por isso, envergonha, é imoral. (Larousse Cultural de Língua Portuguesa, 1999⁸).

Ao final do fragmento citado, temos mais uma justificativa que aponta o posicionamento do veículo a favor da redução de tarifas, utilizando, para isso, os sinônimos de carga positiva: “*justo*” e “*digno*”. Essas últimas unidades fecham a posição final do jornal, favorável à redução de tarifas, e dispostas em sequência, reforçam a ideia daquilo que seja correto, digno, como também algo bom, relacionando com o título “*Boa notícia*” ao consumidor de energia, fechando assim, o efeito de sentido que se quer veicular.

4.2 As categorias hiperonímia e hiponímia no gênero editorial

Os fenômenos semânticos *hiperonímia* e *hiponímia* decorrem da relação existente entre lexemas que, numa cadeia hierárquica, possuem seu domínio semântico ampliado. Nessa ampliação, uma unidade linguística de que se descreve um significado mais abrangente, mais geral, engloba os significados menos abrangentes, mais específicos que se descrevem de outra unidade. Esses fenômenos são concebidos assim: a *hiperonímia* é o termo que, embora possuindo menor número de *semas*, é capaz de englobar mais significados, pelo seu caráter mais geral; a *hiponímia* é o termo que, embora

⁸ Os conceitos retirados do referido dicionário estão sendo colocados dentro do contexto em tela e, por isso, aqui adaptados. Em dúvida, ver referência.

possuindo maior número de *semas*, é um termo cujo significado, mais específico, é englobado por outro termo considerado hiperonímico.

Assim como o fenômeno da sinonímia, a relação de *hiperonímia* e de *hiponímia*, pela sua *categorização sêmica*, também é construída no discurso. Essa construção das relações de englobamento norteia a análise dos editoriais que será feita a seguir.

4.2.1. Editorial “Caos municipal”

Em [E1- *Caos Municipal* (FSP)], Anexo A, os hiperônimos e hipônimos funcionam como recurso de substituição e, auxiliando na progressão do texto, trazem um grau maior de informatividade ao editorial.

Observa-se, em [E1- *Caos Municipal* (FSP)], uma recorrência maior de substituições por hiperônimos pelos quais se realiza o processo de *enquadramento*, ou seja, as unidades consideradas hiperonímicas retomam um bloco do texto, como é possível ver nos fragmentos abaixo.

“Após quatro anos à frente da Prefeitura de João Alfredo (PE), Cavalcanti deixou a cidade sucateada: a sala de cirurgia do único hospital foi interditada, vacinas se perderam com corte de energia, servidores estão com salários atrasados e fornecedores não foram pagos, entre outros **casos** de inaceitável desorganização administrativa.” {2º parágrafo}

“Pululam, Brasil afora, **casos** semelhantes. Prédios públicos depredados, luz, internet e telefone cortados por falta de pagamento, veículos quebrados e encostados, ausência de móveis básicos. Em Chapadão do Céu (GO), Rogério Graxa (PP) nem sequer recebeu as chaves da prefeitura.” {6º parágrafo}

“São decerto caricatos esses **eventos**” {7º parágrafo}

“Pode-se até alegar, em defesa dos alcaides, que muitas administrações sofrem impacto severo com a elevação do salário mínimo. Mas ainda que se aceite o **argumento**, nem por isso os gestores ficam isentos de seguir os preceitos legais no trato com a coisa pública. As **sanções** continuam as mesmas, de multas a suspensão de direitos políticos e prisão.” {9º parágrafo}

“Não há dúvida de que as leis devem ser aplicadas com rigor a cada caso particular, mas dificilmente conseguirão alterar um **problema** que é estrutural: o número de municípios é desmedido no Brasil, e muitos deles, criados de maneira artificial, existem apenas para drenar recursos da União em favor de potentados locais.” {10º parágrafo}

Os hiperônimos destacados em verde – *casos*, *eventos*, *argumento*, *sanções* e *problema* – abarcam, pela abrangência de seus significados, todas as partes sublinhadas nos fragmentos e, em relação aos dois primeiros hiperônimos – *casos*, *eventos* – é possível afirmar que essas duas unidades podem ser substituídas uma pela outra, permitindo a construção mais articulada, coesa do texto.

Diferentemente dos casos analisados anteriormente, em [E1- *Caos Municipal* (FSP)], encontram-se outros hiperônimos, agora substituídos por seus respectivos hipônimos que expressam especificações mais rígidas, como se observa em:

“Novos **prefeitos**, em diversas regiões do Brasil, recebem a administração quebrada por seus antecessores; número de municípios é excessivo”.
{subtítulo}

“Cavalcanti não é o único, mas está entre os exemplos mais notórios de **políticos** que não foram reconduzidos ao **cargo** e entregaram a seus sucessores uma prefeitura em situação de penúria.” {3º parágrafo}

“[...] nem por isso os **gestores** ficam isentos de seguir os preceitos legais no trato com a coisa pública. {9º parágrafo}

Dos três fragmentos acima, observa-se que: no primeiro, o hipônimo *prefeitos* é retomado, no segundo fragmento pelo hiperônimo *políticos*; no segundo, o hiperônimo *cargo* engloba os significados de *políticos*, *prefeitos* e *gestores*.

De modo semelhante, como pode-se observar abaixo, a unidade *utensílios* é reiterada por seus hipônimos *panelas de cozinha* e *botijão de gás*.

“Gallardo, assim como tantos outros eleitos, recebeu seu gabinete sem energia elétrica e ocupado por **utensílios** nada afeitos à rotina da gestão municipal, como **panelas de cozinha e botijões de gás.**” {5º parágrafo}

4.2.2 O editorial “Até quando?”

Em [E2- *Até quando?*(JP)], Anexo B, semelhantemente a [E1- *Caos Municipal* (FSP)], o uso de hiperônimos de ampla abrangência, bem como de hipônimos, observa-se nos seguintes trechos:

“A vista grossa de Prefeituras para **casas noturnas** sem alvarás, a ausência de **equipamentos** de segurança, o não treinamento de equipes para o uso de **extintores de incêndio**, enfim, a falta da fiscalização a **estabelecimentos** do gênero são **males**, ao que tudo indica, fadados à perenidade.” {2º parágrafo}

“[...] Ninguém sabe, salvo uma ou outra precaução, de operações governamentais destinadas ao levantamento dos níveis de segurança de **ambientes**, fechados ou não [...]” {3º parágrafo}

“Além do mais, tenhamos em mente que não só de fogo em **boates** vivem as tragédias coletivas neste Brasil continental.” {4º parágrafo}

“Nossos **dramas** percorrem em velocidade máxima as estradas brasileiras com saldos nefastos a cada final de ano: perto de 40 mil **mortes** de janeiro a dezembro. Temos, nesse caso, a comoção popular reduzida pela diluição dos **óbitos**, dia a dia, em todas as direções da Rosa dos Ventos.” {5º parágrafo}

“As **inundações** de áreas baixias, com perdas humanas e materiais, e o **deslizamento** de encostas onde comunidades inteiras dependuram a vida compõem o calendário das nossas **tragédias** sabidas e aguardadas, anualmente, sem outros **cuidados** além dos planos de contingência de governos sucessivos, inúteis porque feitos de abrigos provisórios e ações ocasionais. Até quando?” {10º parágrafo}

Do primeiro ao terceiro trecho, a progressão textual é alcançada pela substituição por hiperonímia, isto é, a expressão *casas noturnas* é retomada pela unidade *estabelecimentos* que, mais a frente, é substituída por *ambiente*, que é um hiperônimo bastante genérico e é reiterado, retomado pelo hipônimo *boates*.

Ainda dentro do primeiro trecho, temos o hiperônimo *equipamentos* cujo sentido, já delimitado por ser especificado como sendo segurança, é reforçado pelo hipônimo *extintores de incêndio*.

No quarto trecho, o significado da unidade linguística *drama* é construído no discurso em tela como algo trágico, englobando assim os significados de *mortes e óbitos*, hipônimos seus dentro do discurso que é colocado.

No último trecho exposto, também ocorre a substituição por hiperonímia, dos hipônimos *inundações e deslizamentos* reiterados por *tragédias*. A palavra *cuidados* se caracteriza um hiperônimo por uso discursivo, pois, dentro do contexto, se refere aos *planos de contingência*, ou seja, os únicos cuidados que o governo mantém com a população e que o veículo de comunicação parece posicionar-se considerando-os como inúteis.

Pela que se observa em [E2- *Até quando?*(JP)], a relação de hiperonímia e hiponímia, além de contribuir efetivamente para progressão textual, já que o texto se apresenta como um encadeado de ideias através desse fenômeno, também possibilita um alto grau de informação dos elementos que constituem o sentido do texto.

4.2.3 O editorial “Fraqueza comercial”

Em [E3- *Fraqueza comercial* (FSP)], Anexo C, infelizmente são pouquíssimas as recorrências do fenômeno da hiperonímia e hiponímia, tendo em vista que esses fenômenos são importantes recursos para progressão textual. No editorial em análise, observa-se, ao final do segundo parágrafo, a substituição de uma hiperonímia construída pelo uso discursivo, a qual se inclui no campo semântico de comércio, pela expressão *minério de ferro*:

“Preços menores de **commodities**, especialmente do **minério de ferro**, e a recessão europeia explicam boa parte do recuo.” {2º parágrafo}

A palavra *commodities*⁹ possui um amplo significado e é definida como mercadoria ou produto em estado bruto. Dessa forma engloba a expressão

⁹ **Commodity** é um termo de língua inglesa (plural **commodities**), que significa mercadoria. É utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. O termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos “in natura”, cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade.

minério de ferro, seu hipônimo, podendo a substituição ser realizada sem nenhum prejuízo.

Após essa ocorrência, verifica-se, no sexto e sétimo parágrafos, um outro caso em que os hiperônimos *causas* e *movimento* funcionam como termos englobantes de todo o parágrafo anterior, como podemos notar:

“Para 2013 não se espera um saldo comercial muito melhor. De um lado, deve haver alguma retomada do crescimento global e dos preços das matérias-primas, impulsionando as exportações. A safra agrícola também promete ser boa -a última estimativa do IBGE indica alta superior a 5%. Por outro lado, o PIB brasileiro deve crescer cerca de 3%, elevando as importações.” {5ºparágrafo}

“Não são apenas as **causas** globais, contudo, as responsáveis pela estagnação do comércio brasileiro.” {6º parágrafo}

“Diversos países vêm estabelecendo acordos bilaterais ou regionais que formam teias mercantis cada vez mais complexas, mas o Brasil não participa desse **movimento**.” {7º parágrafo}

Por fim, os últimos casos de substituição por hiperonímia aparecem no penúltimo parágrafo de [E3- *Fraqueza comercial* (FSP)], como se verifica a seguir:

“Por razões sobretudo ideológicas, o Brasil aposta em **nações** problemáticas da **América Latina** (como **Argentina e Venezuela**), em vez de traçar uma agenda positiva com **países** que têm seguido melhor a rota do desenvolvimento, como **Chile, México e Colômbia**.” {9ºparágrafo}

A palavra *nações* carrega em seu significado o sentido de agrupamento, de seres ligados pela origem, tradição, e, em geral, por uma mesma língua (Larousse Cultural de Língua Portuguesa, 1999). Esse significado geral abrange o de *América Latina*, visto que é formada por um agrupamento de países, nos quais se falam línguas românicas ou derivadas do

latim. A expressão *América Latina*, por sua vez, engloba o significado do termo *países* que é retomado no texto por seus hipônimos *Chile, México e Colômbia*. Essa relação se dá numa cadeia hierárquica em que a unidade *nação* encontra-se no topo, pela sua quantidade menor de semas.

4.2.4 O editorial “Boa notícia”

Em [E4- *Boa notícia* (JP)], Anexo D, aparecem apenas quatro ocorrências de hiperônimos, todos de ampla abrangência, com capacidade resumidora dos enunciados anteriores a eles, conforme se observa nos seguintes fragmentos:

“De resto, as precipitações pluviométricas dos últimos dias vieram para afastar, de uma vez por todas, o fantasma do racionamento, **tema** recorrente nos meios de comunicação do Centro-Sul.” {3º parágrafo}

“Na edição da última segunda-feira, o Diário Oficial da União trouxe a nova lei do setor elétrico, **ferramenta** da qual o governo da sra. Dilma Rousseff se utiliza para também reduzir o desembolso do Tesouro Nacional com o corte tarifário prometido aos distintos consumidores.” {4º parágrafo}

“É difícil entender as razões que já levaram as usinas de São Paulo, Minas Gerais e Paraná à recusa do acordo tarifário que, no frígido dos ovos, repercutirá, positivamente, na produção e no consumo, em escala nacional. O **prejuízo** para os acionistas não é, evidentemente, a melhor das explicações. Todos aqueles que pagam uma das tarifas de energia elétrica mais caras do continente reclamam e merecem, também nesse **campo**, tratamento justo e digno.” {8º parágrafo}

Em relação aos hiperônimos de ampla abrangência destacados, observa-se também que, além de retomar todo o segmento por eles referido, possuem uma *espécie de rotulação da coisa retomada*, como bem coloca Antunes (2005), mas que cabe perfeitamente aqui na análise desses casos. A palavra *prejuízo*, no contexto apresentado, é vista como o acordo tarifário, temido pelos acionistas e rotulado como tal.

Dos resultados obtidos através das análises feitas dos quatro editoriais foi constatado que o fenômeno da sinonímia, além da função coesiva,

é utilizada em [E1- *Caos Municipal* (FSP)], [E2- *Até quando?*(JP)], [E3- *Fraqueza comercial* (FSP)] e em [E4- *Boa notícia* (JP)] como estratégia argumentativa do gênero, já que foi observado que as expressões sinonímicas selecionadas nos textos direcionam para o posicionamento do veículo, para o sentido que se pretendia dar ao texto.

Essa constatação foi possível observando os casos de sinônimos com traços semânticos de carga negativa, retirada pelo seu caráter “forte” e enfatizada através de substituições por unidades léxicas e por expressões cujos traços intensificam os aspectos negativos que o editorial pretende veicular. Essa substituição parece incitar e conduzir o leitor para aceitação da tese final defendida pelo jornal.

No caso da hiperonímia e da hiponímia não parece ocorrer a mesma contribuição argumentativa, pelo menos nos editoriais selecionados. A contribuição desses fenômenos ocorre, com grande sucesso, como estratégia de progressão textual, pois apresentam um forte poder de concatenação das ideias, deixando o texto mais articulado e também mais informativo, já que, no caso do uso de hiperônimos de ampla abrangência, o seu sentido era especificado no texto por cada englobamento blocos (de bloco textual ou de parágrafo).

A recorrência em relação à hiperonímia não foi a esperada, já que consideramos pouca, principalmente nos dois últimos editoriais analisados, tendo em vista que, pela sua função de abarcar diversos significados, pode substituir um universo de palavras, mas dentro das ocorrências apresentadas foram adequadas quanto a sua seleção e obtiveram sucesso, mantendo a unidade textual.

Pelos resultados obtidos nos quatro editoriais analisados, é possível afirmar que os fenômenos analisados são imprescindíveis tanto para construção do texto quanto para a argumentação, já que como foi visto exercem grande influência na opinião do leitor, como é o caso da sinonímia que se constitui como estratégia argumentativa do gênero, um recurso próprio, característico de sua produção, que tem sua ordem no argumentar. E a hiperonímia e hiponímia, um importante recurso de progressão textual.

Por fim, podemos afirmar que os fenômenos descritos possuem a funcionalidade de: coesão, evitando repetições; manutenção temática, e consequentemente, coerência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é necessário destacar que, nesta monografia, o nosso objetivo foi analisar os fenômenos semânticos como estratégia lógico-argumentativa para produção do editorial. Esse objetivo, consideramos alcançados uma vez que apresentamos os resultados obtidos.

Tendo em vista o curto período destinado para realização de uma monografia, fizemos o recorte teórico baseado na hipótese de que, no gênero editorial, as estratégias argumentativas de ordem semântica constroem-se pelos fenômenos semânticos de: *sinonímia*, *hiperonímia* e a *hiponímia*, já que as relações que esses fenômenos estabelecem são importantes recursos de substituição *na* e *para* a coesão textual, evitando a repetição, auxiliando na progressão textual.

Dessa forma, a nossa análise procurou determinar como esses fenômenos funcionam dentro do gênero editorial, se são estratégias para produção do gênero, verificando qual a contribuição dada pelos referidos fenômenos no que se refere à progressão textual.

Diante da carência de estudos em semântica, tanto na graduação quanto nas aulas de língua materna (LM), e pensando em contribuir com o ensino de LM, decidimos explorar os fenômenos semânticos da *sinonímia*, *hiperonímia* e a *hiponímia*.

Para isso, escolhemos o corpus analisado, composto por quatro editoriais jornalísticos: dois da Folha de S. Paulo e dois do Jornal da Paraíba. Na escolha desse corpus, consideramos a realidade do ensino de LM, tendo em vista que o editorial, além de ser um gênero de grande circulação, é muito habitual na sala de aula, por apresentar, normalmente, temas polêmicos e de importante valor social.

Após a análise do corpus, a nossa hipótese, ao que nos parece, foi confirmada, tendo em vista que, tanto a sinonímia como a hiperonímia e a hiponímia, constituem uma estratégia de progressão textual, um grande recurso de coesão, através do processo de substituição lexical ou por expressões.

Além disso, foi verificado que a sinonímia é utilizada em todos os editoriais analisados como uma forte estratégia argumentativa, tendo em vista

o modo como está disposta no texto, a carga semântica negativa, que é apresentada pelos seus pares de equivalência numa linha de intensidade cada vez maior e, em alguns casos, é construída *no* e *para* o discurso, com a finalidade de envolver o leitor nesse jogo argumentativo e influenciá-lo para a aceitação da tese final apresentada nos editoriais e tomada pelos veículos como a verdade.

Desse modo, além da função coesiva, o fenômeno da sinonímia contribui para o sentido que se pretende dar ao texto. Essa função na hiperonímia é alcançada principalmente nas palavras e expressões de ampla abrangência, que são capazes de encadear as ideias contidas em todo um bloco textual.

Considerando a funcionalidade coesiva, de manutenção temática e a contribuição argumentativa dos fenômenos semânticos analisados, esperamos que passem a fazer parte das aulas de produção textual. Nosso desejo é contribuir para as aulas de LM, sobretudo no que se refere ao gênero editorial, e de análise linguística, conteúdos cuja abordagem, infelizmente, ainda está presa ao tradicionalismo gramatical e aos aspectos formais constitutivos dos gêneros textuais. Nessa perspectiva, portanto, não refletem sobre a língua no espaço de interação com o outro, mas normatizada e fixa em suas regras estabelecidas.

Faz-se necessário lembrar aqui a *natureza tridimensional da linguagem*, referida na introdução, que contempla os aspectos estruturais, semânticos e pragmáticos e que a semântica, segundo França¹⁰ (2008), “também deve figurar no ensino de língua materna posto que é com a palavra, com os significados, com os sentidos que se lida diariamente na compreensão e leitura do mundo”.

Assim, temos a esperança de que o estudo da semântica seja mais enfatizado nas academias de Letras, e que esta monografia, saída do papel e refletida por nós enquanto professores, possa contribuir no processo de ensino e aprendizagem das aulas de LM, a fim de que tenhamos um ensino mais significativo para os nossos alunos.

¹⁰ Disponível em:
<http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/reflexoes_en_li_franca.php>. Acesso em 11 mar. 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irlandé. *Aula de português: encontro e interação*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. *Lutar com palavras, coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.

ATÉ quando?. [Editorial]. *Jornal da Paraíba*, Paraíba, p. 6, 30 jan. 2013.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, e como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOA notícia. [Editorial]. *Jornal da Paraíba*, Paraíba, p. 6, 16 jan. 2013.

BRASIL - SEB. *Orientações curriculares para o ensino médio*. v 1: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL – SEMTEC. *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa: ensino médio*. Parte II: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

BRASIL – SEMTEC. *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. 2. ed. revisada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CAOS municipal. [Editorial]. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 16 jan. 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia P. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DICIONÁRIO. *Larousse Cultural da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova cultural, 1999.

DICIONÁRIO, Informal. *Dicionário online de Português*. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>>. Acesso em 8 abr. 2013.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. Tradução por Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução por Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Polifonia y argumentacion*: conferencias del seminario Teoría de la argumentación y análisis del discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

FERRAREZI, Junior, Celso. *Semântica para a educação básica*. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual geral de redação*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 1987.

_____. *Manual de redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

FRANÇA, Jose Marcos. A semântica e o ensino de língua materna: da necessidade de subsídios teóricos para o professor. *Linguasagem*. São Paulo, n. 6, 2008. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/reflexoes_en_li_franca.php>. Acesso em 11 mar. 2013.

FRAQUEZA comercial. [Editorial]. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 8 jan. 2013.

FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GREIMAS, Algirdas. Julien. *Semântica estrutural*: pesquisa de método. Tradução por Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação*: um estudo de conjunção do português. São Paulo: Pontes, 2002.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica*: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

LEAL, Audria Albuquerque. As relações lexicais no livro didático: os exercícios de sinônimos e antônimos. In: *Graphos*: Revista da Pós-Graduação em Letras. Ano VI. n. 1. 2003/João Pessoa: 2003.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. Tradução por Rosa Virgínia Mattos e Silva & Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *A semântica na linguística moderna*: o léxico. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais*: o que são e como se classificam? Recife: Loyola, 2000.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MOURA, H. M. de M. *Semântica e argumentação*: diálogo com Oswald Ducrot. *Delta*. v. 14, n. 1., p. 169-183, 1998.

MULLER, Ana Lúcia de Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. Semântica formal. In: FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 137-159.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. O ensino pragmático da gramática. In: _____. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola, 2010, p. 231-264;

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol.2. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Semântica formal: uma breve introdução*. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

PIETROFORTE, Antonio V. Seraphim; LOPES, Ivã Carlos. A semântica lexical. In: FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-135

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo G. *Dicionário de comunicação*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

_____. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

RECTOR, Monica; YUNES, Eliana. *Manual de semântica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128

TAMBAZ-MECZ. Irene. *A semântica*. São Paulo: Parábola, 2006.

XAVIER, Antônio Carlos. Trajetória e legado de um filósofo da linguagem: Oswald Ducrot. *Investigações*. UFPE, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.25.N2/Investigacoes25N2_Antonio-Carlos-Xavier.pdf>. Acesso em 24 abr. 2013.

ANEXOS

ANEXO A – CAOS MUNICIPAL

(16 de janeiro de 2013)

FOLHA DE SÃO PAULO

EDITORIAIS

Caos municipal

Novos **prefeitos, em diversas regiões do Brasil, recebem a administração **quebrada** por seus antecessores; número de municípios é excessivo**

Notabilizado por sua tragicômica passagem pela presidência da Câmara dos Deputados, em 2005, Severino Cavalcanti (PP-PE) volta agora ao noticiário inserido em mais um capítulo **lamentável** da crônica política brasileira.

Após quatro anos à frente da Prefeitura de João Alfredo (PE), Cavalcanti deixou a cidade **sucateada**: a sala de cirurgia do único hospital foi interditada, vacinas se perderam com corte de energia, servidores estão com salários atrasados e fornecedores não foram pagos, entre outros **casos** de inaceitável **desorganização** administrativa.

Cavalcanti não é o único, mas está entre os exemplos mais notórios de **políticos** que não foram reconduzidos ao **cargo** e entregaram a seus sucessores uma prefeitura em situação de **penúria**.

Num episódio folclórico, mas nem por isso menos **deplorável**, o novo **alcaide** de Santo Amaro das Brotas (SE), Luis Gallardo (PSL), teve de fazer seus primeiros despachos debaixo de uma árvore -e ali mesmo, na praça central da cidade, empossou seu secretariado.

Gallardo, assim como tantos outros eleitos, recebeu seu gabinete sem energia elétrica e ocupado por **utensílios** nada afeitos à rotina da gestão municipal, como **painéis de cozinha e botijões de gás**.

Pululam, Brasil afora, **casos** semelhantes. Prédios públicos **depredados**, luz, internet e telefone cortados por falta de pagamento, veículos quebrados e encostados, ausência de móveis básicos. Em Chapadão do Céu (GO), Rogério Graxa (PP) nem sequer recebeu as chaves da prefeitura.

São decerto caricatos esses **eventos**, mas eles revelam quão longe pode chegar a **inépcia** administrativa -esta, sim, **mazela** generalizada. A Confederação Nacional dos Municípios estima que mais de 70% das 5.565 municipalidades não tenham cumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal em 2012.

Dito de outra maneira: cerca de 4.000 prefeitos se mostraram incapazes ou não fizeram questão- de observar normas administrativas

rudimentares, como a necessidade de condicionar os gastos municipais à arrecadação.

Pode-se até alegar, em defesa dos **alcaldes**, que muitas administrações sofrem impacto severo com a elevação do salário mínimo. Mas ainda que se aceite o **argumento**, nem por isso os **gestores** ficam isentos de seguir os preceitos legais no trato com a coisa pública. As **sanções** continuam as mesmas, de multas a suspensão de direitos políticos e prisão.

Não há dúvida de que as leis devem ser aplicadas com rigor a cada caso particular, mas dificilmente conseguirão alterar um **problema** que é estrutural: o número de municípios é desmedido no Brasil, e muitos deles, criados de maneira artificial, existem apenas para drenar recursos da União em favor de **potentados** locais.

ANEXO B – ATÉ QUANDO?

(30 de janeiro de 2013)

JORNAL DA PARAÍBA

Editorial

Até quando?

O tempo dirá se o fogo que ceifou a vida de mais de 200 jovens no Rio Grande do Sul terá ensinado algo proveitoso à sociedade e aos poderes públicos. Por enquanto, o histórico de **tragédias** como essa não recomenda, neste sentido, maiores esperanças.

A **vista grossa** de Prefeituras para casas noturnas sem alvarás, a ausência de **equipamentos** de segurança, o não treinamento de equipes para o uso de **extintores de incêndio**, enfim, a **falta da fiscalização** a **estabelecimentos** do gênero são **males**, ao que tudo indica, fadados à perenidade.

Em pouquíssimos pontos do País, a **tragédia** de Santa Maria, lastimada nos cinco Continentes, inspira cuidados maiores de prefeitos ou bombeiros. Ninguém sabe, salvo uma ou outra precaução, de operações governamentais destinadas ao levantamento dos níveis de segurança de **ambientes**, fechados ou não, onde milhares de pessoas se reúnem, corriqueiramente, para shows e pirotecnias. E isso não é um bom sinal.

Além do mais, tenhamos em mente que não só de fogo em **boates** vivem as **tragédias** coletivas neste Brasil continental. Elas prosperam, também, sazonalmente, na obstrução de leitos e galerias pluviométricas e, não menos, na ocupação desenfreada das áreas de risco em grandes e pequenas cidades.

Nossos **dramas** percorrem em velocidade máxima as estradas brasileiras com saldos nefastos a cada final de ano: perto de 40 mil **mortes** de janeiro a dezembro. Temos, nesse caso, a comoção popular reduzida pela diluição dos **óbitos**, dia a dia, em todas as direções da Rosa dos Ventos.

A **imprevidência humana**, destaque-se, não tem morada certa nem determinada. Habita os ermos sertanejos e, igualmente, as periferias urbanas onde a indigência nacional costuma tomar assento. Diga-se que as potenciais vítimas de **inundações** e **deslizamentos** resultam de eras de **descaso**. São frutos da **ausência de planejamento**, embora pressentidas. Em muitos casos, tardam mas não faltam.

As **inundações** de áreas baixias, com perdas humanas e materiais, e o **deslizamento** de encostas onde comunidades inteiras dependuram a vida compõem o calendário das nossas **tragédias** sabidas e aguardadas, anualmente, sem outros **cuidados** além dos planos de contingência de governos sucessivos, inúteis porque feitos de abrigos provisórios e ações ocasionais. Até quando?

ANEXO C – FRAQUEZA COMERCIAL

(08 de janeiro de 2013)

FOLHA DE SÃO PAULO

Editorial

Fraqueza comercial

Diferença entre exportações e importações tem pior saldo desde 2002; resultado ruim é fruto de deficiências internas, além da crise global

A balança comercial brasileira teve em 2012 seu pior resultado em dez anos. A diferença entre as exportações e as importações foi de US\$ 19,4 bilhões, redução de quase 35% em relação aos US\$ 29,7 bilhões obtidos em 2011.

O desempenho ruim está diretamente relacionado com a desaceleração da economia mundial. O Brasil exportou um total de US\$ 242,6 bilhões, 5,3% a menos que no ano anterior. Preços menores de commodities, especialmente do minério de ferro, e a recessão europeia explicam boa parte do recuo.

Outros destaques negativos foram as vendas para a China -principal parceira comercial do Brasil-, que diminuíram 7%, e para a Argentina -ainda um grande destino de manufaturados brasileiros, apesar da deterioração de sua economia-, que absorveu 20,7% a menos do que em 2011.

O saldo só não foi pior porque as importações também caíram 1,4%, para US\$ 223,1 bilhões. O crescimento do PIB de apenas 1% (contra os mais de 3% projetados no início do ano passado) limitou as compras brasileiras.

Para 2013 não se espera um saldo comercial muito melhor. De um lado, deve haver alguma retomada do crescimento global e dos preços das matérias-primas, impulsionando as exportações. A safra agrícola também promete ser boa -a última estimativa do IBGE indica alta superior a 5%. Por outro lado, o PIB brasileiro deve crescer cerca de 3%, elevando as importações.

Não são apenas as causas globais, contudo, as responsáveis pela estagnação do comércio brasileiro. Muitas amarras históricas que ainda prendem o país são "made in Brazil". A falta de inovação e de competitividade, por exemplo, mantém a pauta exportadora pouco diversificada e com baixo conteúdo tecnológico.

Além disso, a política comercial é pouco eficaz para aumentar a integração da economia brasileira nas cadeias globais de produção. Diversos países vêm estabelecendo acordos bilaterais ou regionais que formam teias mercantis cada vez mais complexas, mas o Brasil não participa desse movimento.

Por fim, o governo não tem uma estratégia para reverter o declínio do Mercosul, que se apaga em protecionismo pueril e na falta de compromisso com a integração.

Por razões sobretudo ideológicas, o Brasil aposta em **nações** problemáticas da **América Latina** (como **Argentina e Venezuela**), em vez de traçar uma agenda positiva com **países** que têm seguido melhor a rota do desenvolvimento, como **Chile, México e Colômbia**.

Não será apenas desvalorizando sua moeda que o Brasil dinamizará o comércio exterior. Nas modernas redes de produção, são os condicionantes internos de competitividade e o alinhamento estratégico entre governos e empresas, locais e multinacionais, que determinam onde ocorrerão os investimentos em setores de ponta.

Não se vê nem sombra desse tipo de debate no Brasil.

ANEXO D – BOA NOTÍCIA

(16 de janeiro de 2013)

JORNAL DA PARAÍBA

Editorial

Boa notícia

O ano começa com uma boa notícia: a da **redução** média de 20,2% nas tarifas de energia elétrica cobradas da livre empresa e do consumidor comum, nos mais diversos pontos do País.

Confirma-se, desse modo, a promessa governamental que muitos entendiam ameaçada em decorrência da estiagem comprometedora dos grandes e médios reservatórios d'água. Com, ou sem chuvas, persistia, porém, o propósito da **redução tarifária**, conforme entrevistas sucessivas de porta-vozes do setor.

De resto, as precipitações pluviométricas dos últimos dias vieram para afastar, de uma vez por todas, o fantasma do racionamento, **tema** recorrente nos meios de comunicação do Centro-Sul.

Na edição da última segunda-feira, o Diário Oficial da União trouxe a nova lei do setor elétrico, **ferramenta** da qual o governo da sra. Dilma Rousseff se utiliza para também reduzir o desembolso do Tesouro Nacional com o **corte tarifário** prometido aos distintos consumidores.

A taxa de fiscalização cobrada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (com impacto direto sobre a tarifa final) caiu para 0,4%. Entende-se que a perda de arrecadação da agência reguladora beneficiará o Tesouro que, então, vai pagar menos para garantir o **barateamento** das contas de luz.

A Lei 12.783, com data de 11 de janeiro, prorroga as concessões de geração de energia elétrica, além de reduzir encargos setoriais. Afeta o assim dito “mercado cativo” e, desse modo, beneficia, especialmente, as famílias brasileiras, ao que percebem os analistas desse tipo de mercado. Mas, tanto para a livre empresa quanto para os lares, a providência atende aos princípios da justiça social, posto que repercute no chamado “Custo Brasil” e, principalmente, no salário de quem trabalha. Faz justiça, também, quando serve à **diminuição** do **custo indecoroso** da energia no País das hidrelétricas.

É difícil entender as razões que já levaram as usinas de São Paulo, Minas Gerais e Paraná à recusa do **acordo tarifário** que, no frígido dos ovos, repercutirá, positivamente, na produção e no consumo, em escala nacional. O **prejuízo** para os acionistas não é, evidentemente, a melhor das explicações. Todos aqueles que pagam uma das tarifas de energia elétrica mais **caras** do continente reclamam e merecem, também nesse **campo**, tratamento **justo** e **digno**.